

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Assessoria a Movimentos Sociais
Concepções Teóricas e Técnicas no
Trabalho do Serviço Social

CARLOS RAULINO

FLORIANÓPOLIS
2004

CARLOS RAULINO

Assessoria a Movimentos Sociais

Concepções Teóricas e Técnicas no

Trabalho do Serviço Social

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 20 102 12004

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Iliane Koeller

Teresa Kleba Lisboa
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis - 2004.

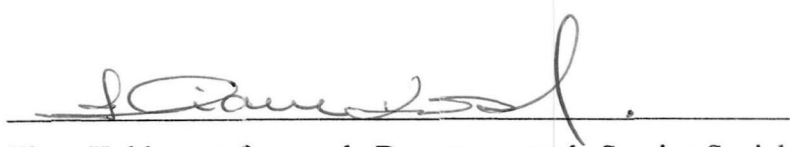
CARLOS ALBERTO RAULINO JÚNIOR

Assessoria a Movimentos Sociais

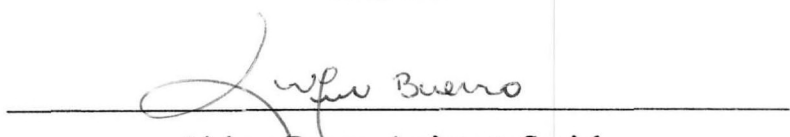
Concepções Teóricas e Técnicas no Trabalho do Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso julgado e aprovado para obtenção de título de Bacharel no Curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

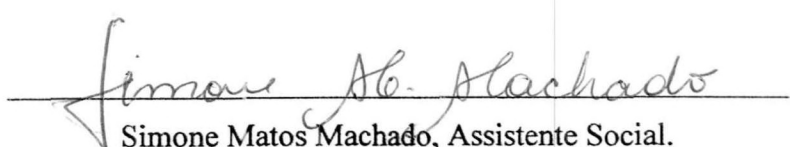
BANCA EXAMINADORA



Iliane Kohler, professora do Departamento de Serviço Social
Presidente



Lisiane Bueno, Assistente Social.
1ª Examinadora



Simone Matos Machado, Assistente Social.
2ª Examinadora

A todos os que lutam por um Mundo
onde todos possam ser tratados com respeito
e dignidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos...

...Nada me faria mais feliz, que poder agradecer a todos que colaboraram e colaboram com meu trabalho, e formaram a pessoa que sou hoje. Sou a construção de muitas pessoas, muitos autores, pensamentos, repletos de crenças e valores que fizeram da minha vida a grande escola que freqüentei, e que em momento algum perdi um só dia de aula.

Mas nada, nada me faria tentar esquecer de agradecer, porém palavras seriam instrumentos não adequados para tantas gratidões que tenho, além do mais penso que palavras escritas em um papel, um dia perdem seu valor, ou pagam-se. Mas como tenho que fazê-lo, "farei-lo-ei", e vou então estipular uma data, que seja do dia em que entrei na UFSC, bom vamos lá...

....queria agradecer ao mutirão que foi realizado para pagar a minha inscrição no vestibular, foi a época em que um babaca deu um rombo no governo, não pagando seus funcionários, e meu pai coitado...agradecer a ele por ter me feito em parceria com a minha mãe...belíssimo trabalho diga-se de passagem....agradecer a minha tia, que agora está num lugar cercado por pessoas muito mais sãs do que esse mundo aqui, pois foi ela que patrocinou as minhas viagens pelo movimento estudantil...agradecer as minhas irmãs por terem casado e me deixado em paz...agradecer a todos os meus vizinhos, que realizaram bafões que me distraíram durante os meus 20 anos que vivo no meu prédio, e até hoje pensam que eu não cresci...agradecer a vovó Mafalda, Salcifufu, Papai Papudo e o Bozo, que em muitas tardes me distraíram...Chapolin Colorado...ao ursinho pimpão...ao Ultraman que venceu monstros medonhos que eu muito temia...aos pobres smurfs que corriam do Gargamel...ao He-man combatia incansavelmente a horda do Esqueleto...aos meus amigos, Plauto, Maionese, Alegria, Pato, Pingüim, Guto a patrulha abóbora...ao Maurício que me fazia ir à MetrÓpole todos os dias...a toda a galera do kung-Fu...ao meu professor Ápio e ao Mestre Luís...ao Cruzeiro "Campeão Brasileiro de 2003"...A Patrícia a primeira Assistente Social que trabalhei que me ensinou muito sobre a profissão...a Isabel e a Eliete, que me ensinaram muito...a Simone que muito me ensinou sobre movimentos sócio-comunitários...a Lisiane que me ensinou muito sobre Movimentos Sociais e foi minha madrinha profissional, e será a minha primeira companheira de profissão, comigo sendo profissional...a Lígia da Sociologia que me ajudou no início..agradecer ao Alexandre, não sei por que, é não vou agradecer não...agradecer claro a minha namorada Mari, além de tudo colega de profissão...a sua mãe que parou de me mostrar às fotos dela na Europa, não agüentava mais...agradecer ao Super-man por ter salvado a terra da terrível Imperiox...as minhas companheiras de luta Dida e Fabi, a força está com vocês...ao Baggio por ter chutado a bola na arquibancada na copa de 94...a Xuxa ter vencido o Baixo Astral...a toda a galera da UFSC...a super galera do socializar para atuar,...a todos os que lutei contra, nos campos políticos e estudantis, se não fosse por eles não perceberia como existe pessoas hipócritas e burras nesse mundo...ao Bin (he,he...a Marx por ter resolvido escrever ao invés de pintar...e ao Picasso que preferiu pintar ao invés de fazer outra coisa...a toda a galera da Prefeitura de Floripa...a galera do CIEE, em especial a turma do primeiro andar...Giovani pronto, Ingo, Flávia, Gabriela, Priscila, Milena, a Lisa já foi, ao seu cônjuge, e a Sarah...ao Chanceler da República do Congo...ao Chazam...ao Mr.M e ao Padre Quevedo...a minha orientadora que me deu uma super força...e todos os extraterrestres que querem dominar o mundo e estão com a Nave Mãe pousada na UFSC, eu sei onde vocês estão...a Deus, por me colocar num lugar tão fantástico e por ter posto todas estas figuras em minha vida...e agora Deus...quanto aos que não tiveram a chance de ter também...pode deixar que agora é comigo...sorriam sempre que puder...vale a pena..Nunca desista...LUTE SEMPRE!!!!

Carlos Raulino

RESUMO

O Serviço Social tem marcado presença junto as diversas formas de organização sócio-comunitária construídas na sociedade brasileira. A história da profissão é influenciada, mesmo que não hegemonicamente, pelos referenciais do pensamento marxista para partilhar um projeto de transformação social com igualdade e justiça social. No presente estudo destaca-se uma experiência de assessoria realizada pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP/UFSC, junto ao Fórum da Cidade de Florianópolis, ao colocar-se em foco tensões e contribuições para a mobilização social do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade. Falas de Assistentes Sociais envolvidas em ações de assessoria são apresentadas, contribuindo para uma reflexão crítica sobre as questões da operatividade na profissão e sobre o seu projeto ético-político na construção de uma cultura política emancipatória.

Palavras chave: Serviço Social, emancipação, mobilização social e assessoria.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 2 |
| 1 MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: ALGUNS ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS À INTERVENÇÃO PROFISSIONAL | 4 |
| 1.1 Vertente norte-americana contemporânea da ação coletiva: mobilização de recursos e mobilização política | 4 |
| 1.2 Vertente européia: a teoria dos novos movimentos sociais | 13 |
| 1.3 Vertente latino-americana | 20 |
| 2 FÓRUM DA CIDADE: UM MOVIMENTO SOCIAL CONQUISTANDO DIREITOS SOCIAIS COM PARTICIPAÇÃO POPULAR | 25 |
| X 2.1 Movimentos sociais: contribuições e tensões aos processos sócio-políticos e participativos na gestão da cidade | 25 |
| X 2.2 Movimento de reforma urbana: uma luta social contemporânea | 28 |
| X 2.3 Fórum da Cidade: um espaço de mobilização e de proposição pela cidade que queremos | 31 |
| 2.4 O que é o NESSOP | 34 |
| X 2.5 Ações de assessoria: a mobilização do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade | 39 |
| 3 A FALA DAS ASSISTENTES SOCIAIS | 41 |
| 3.1 Assistente Social Simone Matos Machado | 41 |
| 3.2 Assistente Social Ana Luiza | 51 |
| 3.3 Assistente Social Zulamar Castro | 59 |
| 4 ALGUMAS PONTUAÇÕES A PARTIR DAS FALAS DAS ASSISTENTES SOCIAIS | 67 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 77 |
| REFERÊNCIAS | 81 |
| ANEXOS | 85 |

*“De que valem as nossas ações, se não para
construir um mundo melhor para todos”.*

Carlos Raulino

INTRODUÇÃO

Há muito o profissional de Serviço Social vem atuando junto aos Movimentos Sociais. Desde o momento em que o Assistente Social aproxima-se da teoria marxista, sua visão sobre as questões sociais, causas e conseqüências, começa a mudar. Tal mudança tem como marco a reconceituação das práticas e teorias, com a finalidade de construir respostas transformadoras da realidade social e, como aportes, a Teologia da Libertação e as lideranças populares.

Não obstante, é no contexto de organizações sócio-comunitárias e do movimento social em geral, seja em parceria com militantes de esquerda, seja aproximando-se de movimentos sociais, que o Assistente Social expressa-se, como membro de uma categoria profissional, com uma posição de engajamento ético-político, principalmente nos anos da Ditadura Militar, na Constituinte e na permanente presença exigida à implantação e consolidação da Constituição de 1988.

Nesta direção, o Assistente Social sustenta, de acordo com a Lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993), um projeto profissional com atribuições junto ao movimento social e, procedimentos técnico-operativos e teórico-metodológicos que fomentam projetos sociais e consolidam um amadurecimento teórico e político da prática profissional nos movimentos sociais, aliado a abertura de campos profissionais em instituições da sociedade civil como ONGs comprometidas com a assessoria aos movimentos sociais, os quais constroem suas lutas sociais e conquistas sustentadas em agendas propositivas e comprometidas com a cidadania.

O presente trabalho discute a relevância de conhecermos aspectos relacionados ao debate teórico e às exigências sócio-políticas da atuação profissional. Assim, o primeiro

capítulo apresenta uma breve discussão histórica e teórica sobre os movimentos sociais, realizada a partir do resgate às vertentes americana, européia, latino-americana e brasileira.

O segundo capítulo traz a discussão sobre o Fórum da Cidade como expressão de um movimento social com participação popular, que tem realizado importantes avanços na consolidação de direitos sociais na cidade.

O Fórum da Cidade, ao constituir sua base político-participativa nas diferentes formas de organização sócio-comunitárias existentes no município de Florianópolis inclui a Universidade Federal de Santa Catarina como um dos seus membros, através do Curso de Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social.

A Universidade Pública em suas atribuições na extensão universitária, especialmente no campo de assessoria aos movimentos sociais, tem como foco central a atuação do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, através de suas ações de assessoria à mobilização do movimento sócio-comunitário do município de Florianópolis para o Fórum da Cidade.

Ainda neste segundo capítulo sistematizamos falas de três Assistentes Sociais, membros do Nessop, sendo que este, desde a criação do Fórum da Cidade, no ano de 2000, participou e promoveu ações específicas de mobilização do movimento sócio-comunitário local.

O trabalho é concluído com a discussão acerca do papel do Assistente Social nos movimentos sociais, fértil campo de prática ético-política tensa e constitutiva de uma relação sócio-pedagógica que tem em vista a socialização do poder e do saber.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: ALGUNS ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS À INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

“Não gosto de ver fantasmas”

Não gosto de ver fantasmas em meus sonhos,
Meus melhores amigos caminham pelo campo,
Por favor, não me diga que há algo de errado,
Em se caminhar, pelo campo.
Quantas vezes eu pensei em dizer que não,
Olhava para trás, e via novos fantasmas,
Os fantasmas só aparecem em noites tristes,
Por isso eu digo que andar pelo campo é bem melhor.

Oh, não me diga que há diferenças.
Oh, não me diga que não somos iguais,
Diga que posso provar,
Que também andas pelo campo,
Assim como eu e os outros andam.

Mesmo que meu coração me faça chorar,
Se acreditar que somos iguais,
Nenhuma noite triste trará fantasmas para nos assombrar.

Ontem antes de sair, pensei em você,
Costumo pensar em todos, como penso em você.
Não há quem diga que o amor não construa,
Até seu coração, acredita em mim,

Não venha contar vantagens, por não precisar andar no campo,
Por que uma hora você vai chorar como todos choram,
Você verá que suas noites também podem ser solitárias,
Quando o frio chegar, você, vai acreditar em mim,
Então verá que estaremos te esperando para andar pelo campo,
E ver que somos, realmente, irmãos.

Carlos Raulino

1.1 Vertente norte-americana contemporânea da ação coletiva: mobilização de recursos e mobilização política

Em nossa viagem de estudos pelos movimentos sociais começamos pela abordagem clássica, que nasce nas ciências sociais norte-americanas, na década de 1960 e, que será abordada tanto no início quanto ao final, pois veremos que o conceito norte-americano será renascido nos anos 90, com os chamados Novos Movimentos Sociais - NMS.

Ao buscar as construções teóricas sobre os movimentos sociais encontramos diversas vertentes do pensamento social moderno e contemporâneo que vem sustentar diferentes eixos de análise e concepção. Scherer-Warrem (1996, p.18) já dizia que “não há, todavia um acordo sobre o conceito de Movimento Social”. Para Touraine apud Scherer-Warrem (1996), “os Movimentos Sociais seriam aqueles que atuam no interior de algum tipo de sociedade”.

Assim, percebemos que há diferentes entendimentos e conceitos sobre os Movimentos Sociais e, portanto, se torna relevante para o presente estudo encontrar uma linha teórica que sustente a discussão acerca dos Movimentos Sociais. Um olhar sobre os estudiosos da área nos permitiu visualizar na construção de Gohn (1997) a concepção para estruturar nosso trabalho, sendo, a partir de sua análise teórico-histórica que buscar-se-á encaminhar e identificar os elementos teóricos e metodológicos que farão relação com a intervenção do profissional de Serviço Social.

É relevante compreendermos que essa abordagem não teve uma característica única, não seguiu uma única linha, houve diferentes enfoques que diversos cientistas sociais abordaram. Porém, é de suma importância deixar claro que iremos levar em conta apenas a abordagem que interessará a priori nossos estudos, que irão ter sua base erguida no pilar da importância da assessoria e da estratégia no campo dos movimentos sociais.

Gohn (1997), em seus estudos sobre a teoria norte-americana, considera algumas linhas de pensamento. Na primeira, o núcleo que articula as análises é a teoria da ação social, que busca a compreensão dos comportamentos coletivos, sendo que também há ênfase na ação institucional contraposta a não institucional, que tinha por definição clássica aquela não guiada por normas sociais existentes, compreendidas como quebra da ordem vigente.

Para Gohn (1997), os autores clássicos, aqueles que estão associados ao próprio desenvolvimento inicial da sociologia nos Estados Unidos analisavam os movimentos em termos de ciclos evolutivos, nos quais seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares, difusão de idéias, entre outros.

Podemos então observar que nos estudos norte-americanos a compreensão de movimento era a de ciclos, no quais os movimentos sociais se estruturavam de forma espontânea e começavam a ganhar chão, sendo que cada passo era dado em ordem de prioridades, mesmo que inconscientes, mas necessários para os passos seguintes.

Já pela abordagem tradicional, os comportamentos coletivos eram tidos como nascidos de tensões sociais e, por isso, nessa abordagem estava presente a idéia da anomia social.

Porém, é correto percebermos que os movimentos sociais não nascem apenas de tensões sociais ou medos e frustrações psicológicas como é abordado pela linha de pensamento tradicional. Era necessária, também, uma forte crença ideológica que motivasse o movimento e que, por na época o sistema político ser visto inocentemente como aberto para toda a sociedade, os movimentos sociais que eram abordados como movimentos não institucionais eram vistos como antidemocráticos e ameaçadores de uma ordem social vigente, já que como abordado anteriormente, eram tidos como movimentos de quebra da ordem vigente.

Em relação às ações coletivas é dentro da teoria norte-americana que surge a teoria que mais iremos discutir: a da Mobilização de Recursos – MR. Neste sentido, para atingir os objetivos do presente trabalho se faz relevante apresentá-la e discuti-la.

Esta perspectiva surge da premissa que talvez futuramente estudiosos a irão criticar. É a rejeição à ênfase dada pelos estudos anteriores do paradigma tradicional, aos

sentimentos, ideologias e ressentimentos de grupos coletivos que articulavam os movimentos sociais. O papel das crenças compartilhadas e a identidade pessoal com o movimento foram inteiramente postos de lado, sendo esses sentimentos analisados sob a forma de comportamentos irracionais das massas. Este estudo sob os movimentos perdurou nos Estados Unidos por mais de duas décadas. Para Mayer apud Gohn (1997), o interesse dos estudiosos norte americanos surge por uma “certa conjuntura histórica e representa a racionalização teórica de contradições historicamente determinadas e suas práxis correspondentes.”

O paradigma da Mobilização de Recursos entende que os movimentos não mais surgem devido a tensões ou insatisfações sociais, mas sim, quando os recursos necessários para o movimento se organizam e se tornam viáveis. Como exemplo podemos citar a questão do protesto que antes era tido como um processo do ciclo evolutivo dos movimentos sociais e agora passa a ser analisado sob o prisma de um recurso do qual o movimento se utiliza para ter legitimidade, sendo visto como uma mercadoria em um mercado de bens políticos, que poderá ser negociado de acordo com a intenção do movimento. A partir desta visão, os movimentos sociais passam a ser analisados na perspectiva burocrática de uma instituição, onde seus atores passam a disputar seu público consumidor e seus financiadores.

Para Gohn (1997), a ênfase passa a ser colocada numa visão exclusivamente economicista, baseada na lógica racional, da interação entre os indivíduos que coletivamente formam um grupo de interesse e, seus líderes são vistos como administradores desse grupo de interesse, tendo o movimento um caráter empresarial na administração dos recursos disponíveis.

Essa corrente passou, de certa forma, a menosprezar a ideologia dos líderes e beatificar suas estratégias de sobrevivência, pois dando ao movimento um caráter mais

organizacional e administrativo, estando eles num campo de consumidores, todos passam, teoricamente, a disputar a opinião pública entre si. Vale lembrar que isso acontece nos anos de 1960 e um pouco de 1970.

Zald e McCarthy apud Gohn (1997), subdividem os movimentos em dois tipos. Um seria o de consenso, que teria como falha a falta de um caráter mobilizador das massas, pois não contestaria o *status quo* vigente. Porém, poderia em certo momento obter sucesso, pois contariam com uma maior aceitação da sociedade e em conseqüência obteria mais êxito na busca de recursos financeiros para poder trabalhar. O outro tipo, os autores classificam como movimentos de conflito, os quais têm como principal premissa a mudança social, ou seja, um caráter contestador da ordem social vigente.

Para Mayer apud Gohn (1997), as ideologias e motivações ideológicas, não tiveram nenhum papel importante nos movimentos da década de 60, pois em território norte americano seu discurso nada mais continha que a busca da extensão dos direitos liberais vigentes, contidos nos discursos políticos. Essa análise é interessante porque coloca na ótica, pela primeira vez, que além da análise econômica, a Teoria de Mobilização de Recursos - MR põe em campo também a análise política contida nas entrelinhas dos movimentos.

Aparece em cena Jean, que destaca em seus estudos a crítica a MR na questão referente a exclusão de valores, normas e ideologias e, principalmente, a identidade dos grupos sociais. Para ele e Arato apud Gohn (1997), os movimentos sociais devem, primeiramente, ser compreendidos em termos de uma teoria de conflito de ação coletiva, não dando margem a nenhuma diferença entre ações institucionalizadas e não-institucionalizadas. Para Gohn (1997), o sucesso do movimento passa pelo reconhecimento como ator político ou, ainda, pelo aumento de benefícios materiais.

Segundo Gohn (1997), Piven e Cloward vão além ao argumentarem que a MR comete um erro gravíssimo ao apontar similaridades entre comportamento convencional e protesto, sem ao menos compreender sua diferença. Ainda, criticam Zald e McCarthy ao colocarem também como movimentos sociais diferentes formas de ações coletivas. Afinal, ao desprezarem a ideologia e intenção transformadora dos movimentos quaisquer ações coletivas poderiam ser consideradas Movimentos Sociais.

Percebe-se, nesse momento, que o debate em campo teórico começa a se acirrar, dando início ao desenho acerca do que é Movimento Social, quem são os atores que participam de tais movimentos, que ações coletivas podem ser tratadas como movimento, como se estruturam e nascem os movimentos e, no caso do nosso estudo, como sobrevive um movimento.

Para Mayer apud Gohn (1997), a MR omite a relação do papel fundamental das normas, crenças e emoções nos comportamentos coletivos, pois os críticos da MR reivindicam o papel das crenças e ideologias para o processo de mobilização. O mesmo autor denuncia a negligência no processo de interpretação das carências e descontentamentos, ressaltando que o maior erro da MR é que apesar desta considerar nas entrelinhas a questão política não são considerados os partidos políticos, a relação entre as classes sociais, o sistema de dominação e as formas de produção do capital e da força de trabalho.

Em meio as discussões ferrenhas dos críticos e defensores da MR é publicado, em 1993, *Social Conflict and Social Moviment*, de Anthony Oberschall, o qual, partindo de uma abordagem sociológica, faz uma análise da organização social da sociedade como resultado de adaptações e inovações tecnológicas, forças econômicas e mudanças populacionais, e, ainda, desenvolve um estudo dos esforço coletivos propositivos para formar ou alterar as instituições existentes em função das necessidades humanas.

Oberschall apud Gohn (1997) esclarece que para um Movimento Social não basta apenas uma causa justa. É necessário marcos referenciais significativos e atrativos, pois as idéias do movimento devem ser bem comunicadas. Símbolos e palavras-chaves devem ser criados em prol da construção da identidade do movimento. O autor utiliza a terminologia Organização de Movimentos Sociais para esclarecer que o movimento necessita de um grau de estrutura formal e que este está associado ao sucesso do movimento. Traz, também, em seus estudos a importância da hierarquia interna do movimento, com cargos e funções. Gamson apud Gohn (1997) considera, ainda, a questão da divisão interna do trabalho.

É importante visualizar que Oberschall apud Gohn (1997) parece unir a questão da formalidade institucional dos movimentos sociais, partindo do princípio do conhecimento das mudanças estruturais na sociedade, seja sob a ótica econômica, social ou política, não desprezando o papel fundamental das crenças, valores e identidades para a construção dos movimentos sociais. Tal autor destaca que não se deve abrir mão do caráter organizacional do movimento para a sua sobrevivência.

Nos anos 1970, as teorias norte-americanas parecem desaguar em um novo oceano onde, através das críticas formuladas à Teoria da Mobilização de Recursos, que deixa uma vasta lacuna levando em consideração apenas o caráter exclusivamente econômico, passa-se a compreender também o desenvolvimento do processo político, enfatizando-se a estrutura das oportunidades políticas.

Agora, a política passa a ser vista e associada à cultura dos grupos organizados que, com isso, criam seus próprios espaços, através das práticas culturais, incorporando suas ideologias e suas crenças.

A Teoria da Mobilização Política - MP ganha espaço nas discussões em torno dos movimentos sociais trabalhando três elementos básicos trazidos da psicologia social:

as questões das micro relações sociais; a reconceituação da figura do ator e, como coloca Gohn (1997), a busca de uma especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sócio-política. Nesta teoria, dois focos de estudo são extremamente relevantes para se compreender a principal diferença: o primeiro é a questão dos valores e das ideologias que é novamente posta a priori no Movimento e o segundo é que, também, os descontentamentos são estudados, com a finalidade de compreender melhor a dinâmica da identidade coletiva dos grupos sociais e a interação deles com sua cultura.

Veremos mais adiante que a Teoria da Mobilização Política aproxima-se muito das teorias européias, principalmente em relação aos chamados Novos Movimentos Sociais - NMS, que trazem contribuição importantíssima para a discussão acerca dos Movimentos Sociais e vão influenciar muito o debate na América Latina, em especial no Brasil, principalmente em relação aos códigos culturais (crenças, valores etc.) que passam agora a ter um foco importante nos estudos, o que lembra muito as abordagens de Durkheim.

Para Gohn (1997), o que mais teve de contribuição da Teoria da Mobilização Política foi a inter-relação criada entre as políticas institucionalizadas e os movimentos sociais, que começam a tomar formas de caminhos e oportunidades que externamente influenciarão o contexto político que estão inseridos.

Para tanto, muitos estudiosos estão certos de que os movimentos necessitam de estratégias para a sua sobrevivência no novo contexto mundial, pois em certo ponto, tanto a Teoria de Mobilização de Recursos, com sua abordagem economicista, quanto a de Mobilização Política, com seu enfoque nas crenças, ideologia e valores do indivíduo e do grupo social, convergem em um ponto comum que é a questão da estratégia de sobrevivência.

Nesse ponto observamos o quanto as estratégias de ação são extremamente importante para um movimento dar certo. As ações devem estar aliadas a metodologias e a

utilização de instrumentos adequados para a organização e execução de tarefas, visando sempre a construção e a continuidade de um movimento.

Se para uns, as diversas formas de agir de um movimento são tratadas como “mercadoria de troca” ou instrumento de ação para outros, indiferente se conscientes ou não, são estratégias dos movimentos sociais para a sua sobrevivência e atuação. Um exemplo claro dessas ações estratégicas virá através da contribuição de Gramson apud Gohn (1997), a qual procura demonstrar a importância da mídia e dos demais meios de comunicação para a mobilização social, através de sua contribuição na forma de envolver as pessoas em lutas e interpretações dos acontecimentos.

Porém, de todos os estudos realizados na época, o de Klandermans destaca-se, pois

reafirma que a MR partiu da negação da teoria das privações e que pode ser caracterizada por três pontos-chaves: a relação custo/benefício, a ênfase na organização e a questão da expectativa de sucesso”. Tal estudo criticou a MR por focalizar a política de recursos e negligenciar as condições estruturais que explicam como surgem os movimentos (GOHN, 1997).

Segundo Klandermans apud Gohn (1997), a MR ignora as bases sócio-políticas dos movimentos, entendendo que a MR não estuda o potencial e a motivação para a participação e não explica como as pessoas fazem para definir situações em que o caminho **via participação em movimentos sociais parece ser o mais adequado.**

Assim, podemos concluir que a Teoria de Mobilização de Recursos deixou inúmeras lacunas na compreensão acerca dos movimentos sociais, mas o certo é percebermos que a Teoria de Mobilização Política, apesar de sua enorme contribuição no fato de introduzir a importância da identidade política e da própria política no movimento, está ainda muito atrelada ao pensamento que se refere a compreensão de que os movimentos agem dependentes de estímulos e estrutura de oportunidades externas.

Percebemos que antes os estudos giravam em torno de o que é Movimento Social. Porém, gradativamente, foram criadas as condições para se compreender quem pertence aos Movimentos, bem como por que surgem.

Para o Serviço Social estes estudos trouxeram influências até meados dos anos 1970, particularmente em suas intervenções na Organização de Comunidades e no Desenvolvimento de Comunidades.

1.2 Vertente européia: a teoria dos novos movimentos sociais

Natasha aproximou-se da janela, vindo do pátio, abriu-se de par em par, para que o ar entre mais livremente em minha sala. Vejo a faixa de grama bem verde junto ao muro e o céu azul e claro acima dele, o sol por toda parte. A vida é bela. Que as gerações futuras eliminem dela o mal, opressão e violência, gozando-a plenamente.

Leon Trotsky

Os estudos e debates dos autores europeus sobre os movimentos sociais serão extremamente importantes para a compreensão sobre os Movimentos. O debate gira em torno de novas concepções e de diversas abordagens, como as de quais atores pertencem aos movimentos. É com certeza um debate mais acalorado do que o norte-americano, principalmente pelo fato de seus estudiosos estarem em algum momento fazendo parte de algum movimento ou em determinado momento compartilharem ideologias ou críticas ideológicas uns aos outros, reforçando de certa forma a Teoria da Mobilização Política de o quanto a compreensão da identidade política é fundamental para a construção do movimento.

Fica evidente nas colocações de diversos autores a paixão pelos movimentos sociais, principalmente, a crença de que no movimento está a transformação. Algo em algum momento levou os autores a essa compreensão e a ter esperança sobre os movimentos.

Como assinala Kuhn apud Gohn (1997), em determinado momento ocorre uma procura pela contribuição científica dos estudos, não apenas das experiências empiricamente verificáveis, mas também à contextualização da fala dos atores e agentes que entram em foco de estudo, ou seja, agora os discursos ganham relevância nos estudos.

Nesta direção, autores concordam que a força dos discursos nas ações dos indivíduos e do movimento faz com que o indivíduo seja visto como um enfoque importante para compreensão dos movimentos.

Em começo gostaria que fosse observada a importância dada aos movimentos para o indivíduo e do indivíduo para o movimento.

É o próprio Habermas, que tendo em seus estudos analisado e interpretado o cotidiano da vida, chamado por ele de “mundo da vida”, propõe que um indivíduo que nasce e cresce em determinada tradição cultural e em certo momento participa da construção de um grupo adquire e internaliza os valores e, com isso, desenvolve uma capacidade inteiramente competente para agir em tal tradição e constituir identidades individuais e coletivas (HABERMAS apud GOHN, 1997).

Segundo o autor, a compreensão do “mundo da vida” passa primeiramente pela compreensão da consciência. Sua maior contribuição foi nos anos de 1970 quando atribuiu aos movimentos sociais a criação de novas relações sociais e de novas formas de produção, gerando novos processos quando da busca por soluções alternativas aos problemas comuns enfrentados por seus atores.

Para compreendermos as palavras de Habermas devemos entender que ele aponta a criação e expansão dos espaços públicos na sociedade civil como um processo de construção pelo qual os movimentos sociais são responsáveis.

Podemos notar que nos estudos europeus sobre os movimentos sociais começam a se delinear as transformações ocorridas no âmbito das estruturas da sociedade. As ações

agora acontecem com a compreensão de que os movimentos influenciam mais a história dos acontecimentos do que acreditava as teorias norte-americanas.

Afinal, entende-se agora não apenas o papel da organização formal dos movimentos e da ideologia e crença, mas o papel do indivíduo como personagem central dos movimentos e, vendo neste um agente transformador é mais fácil observarmos as possibilidades de mudança social.

Habermas aponta como uma das principais causa dos movimentos sociais a crise do capitalismo tardio.

Porém, para Scott as análises de Habermas são, em certos momentos, insatisfatórias, pois indicam que as demandas dos movimentos sociais são reações que vão contra as características industriais da atual sociedade capitalista (SCOTT apud GOHN, 1997).

Assim, indo ao encontro da importância atribuída ao indivíduo, dada por Habermas, vemos em Alan Touraine uma proposta que indica o dinamismo dos sujeitos atores, vistos como termos culturais de confronto de valores, onde uns são afirmados e os outros são reivindicados (GOHN, 1997).

Touraine apud Gohn (1997) traz uma abordagem racionalista, ou seja, toda a ação é uma resposta a um estímulo social, enfatizando a conduta dos indivíduos ou grupos sociais em termos de conflito ou de interação e indicando assim que os movimentos sociais se configuram como ação de um grupo social situado no campo de reivindicações e em oposição a um grupo adversário, situado no interior da sociedade capitalista e industrial. Segundo o autor, para acontecer tal movimento é relevante perceber que se precisa de três elementos básicos combinados: a classe, a nação e a modernização e, outros três elementos que constroem um movimento social: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito entre eles, ou seja, o que está sendo reivindicado.

Para estes estudos de Touraine, Gohn (1997) destaca que o autor buscou o comportamento da classe trabalhadora, pois esse captava a atenção dos sociólogos na década de 60, através da influência exercida em virtude dos estudos enfocando a classe trabalhadora.

A mesma autora aponta uma colocação de Touraine em que diz que todo o movimento social é ao mesmo tempo um movimento de classe, ou seja, um movimento anticapitalista que se opõe a dominação estrangeira, voltando-se para o desenvolvimento da modernização nacional. A questão da dominação também está muito presente, por isso o enfoque tão grande nas relações das ações coletivas e das lutas dos atores, tendo sempre como alicerce a sua Teoria da Ação Social. Para ele, os movimentos sociais surgem, fundamentalmente, dos conflitos ao redor do controle dos modelos culturais. E, a sociedade civil é um espaço de disputas, lutas e processos políticos. É nela que são criadas e regidas as normas, identidades e instituições, tendo como fundo a relações de dominação e resistência.

Nas análises dos movimentos sociais como movimentos de classe percebemos as discussões permeadas pela abordagem marxista, que dá como referência os movimentos sociais como processos de lutas sociais com a finalidade da transformação das condições existentes da realidade social.

Marx aborda os movimentos como processo histórico de luta das classes e camadas sociais em situação de subordinação, em que as revoluções são pontos deste processo e onde a partir desta ação busca-se romper com a ordem dominante, destruindo a hegemonia da elite (MARX apud GOHN, 1997).

Já de início nota-se em Marx uma lacuna enorme ao não levar em conta os movimentos não operários como os movimentos de gênero, movimentos étnicos e, um outro exemplo bem típico da nova sociedade é o movimento pela melhoria das condições de equipamentos públicos e melhorias comunitárias. Estes movimentos, nos anos 70 e 80

aparecem em muitos países. É certo observar que dentro das teorias marxistas os movimentos sociais sempre estarão entrelaçados as problemáticas das classes sociais.

Porém, não podemos deixar de perceber que o marxismo na verdade não fica apenas no estudo dos movimentos e é principalmente e possivelmente aí que reside a sua maior contribuição. Essa é uma teoria orientadora dos movimentos.

Nos estudos marxistas contemporâneos observasse que tal teoria toma rumo na argumentação que os movimentos sociais não surgem espontaneamente, mas sim decorrentes de alguma insatisfação de cidadãos que se mobilizam para obterem conquistas junto a seus interesses gerados por problemas cotidianos. Sendo esse um processo de mobilização em busca da satisfação de seus interesses e das ações dos atores e do movimento.

No livro de Gohn (1997, p. 177) temos um trecho de uma carta a F. Bolt, na qual Marx se refere aos movimentos do seguinte modo:

[...] assim, além dos distintos movimentos econômicos dos operários, surgem em todos os lugares movimentos políticos, isto é, movimentos de classe, com o objetivo de imporem os seus interesses de forma geral, de uma forma que possui força coerciva social geral. Se esses movimentos pressupõem certo grau de organização prévia em compensação eles igualmente significam meios de desenvolver esta organização.

Percebe-se, nos estudos de Marx, um vínculo enorme no sentido de envergar os movimentos sociais como embriões da transformação social e como precursores de uma revolução. Fica claro nas palavras de Marx um romantismo enorme e uma paixão pelos movimentos sociais, além de sua constante preocupação de não apenas entender o processo pelo qual se davam e se estruturavam, mas também de guiar os movimentos e participar do movimento. Este romantismo estará presente em muitos estudiosos dos movimentos, pois ao contrário dos seguidores das teorias norte-americanas, muitos dos europeus que estudaram os movimentos participavam deles, o que em certo ponto chegava a interferir em seus

estudos, pois em determinados momentos não se podia compreender o que era um estudo sobre os movimentos ou a defesa dos movimentos sociais.

Além de Marx, seu companheiro de luta Lênin, também se interessava diretamente pela transformação social e acreditava ser essencial os movimentos sociais junto a luta dos operários, visando a ação revolucionária. Por isso pregava sempre a importância de políticas que atuassem junto às massas, no sentido de criar nelas a consciência revolucionária. Para tanto, era fundamental, para Lênin, a organização e a construção de partidos junto aos movimentos. Tratava-se pura e simplesmente de estratégias que atuassem junto a uma possível transformação social, através de uma revolução operária, ou seja, vemos de certo grau, um projeto de assessoria a movimentos sociais dirigidos por dois exemplos de líderes (GOHN, 1997).

Um outro exemplo de um autor muito conhecido no Serviço Social é o de Antonio Gramsci, que analisava os movimentos como um ator coletivo fundamental para a mudança social. Em seus estudos aparece a concepção de intelectual orgânico, a qual é muito utilizada nos movimentos sociais e analisada no Serviço Social.

Convém mostrar que nos estudos europeus não apenas o movimento operário ganha destaque, pois surge em cena Castells, que trás um estudo sobre os Movimentos Sociais Urbanos – MSU. Afinal, já se tinha desenhado pelos muitos estudiosos citados acima uma certa compreensão sobre os movimentos no sentido de que estes surgem pela melhoria das condições de vida, não apenas diretamente ligados aos movimentos de classe, mesmo com os marxistas dizendo que todo o movimento é em si um movimento de classe (GOHN, 1997).

Nestes termos, Castells analisa que os movimentos sociais urbanos trazem em si atores preocupados com a problemática da cidadania, sendo eles verdadeiros transformadores e fomentadores das questões de mudança e inovação nas cidades e

mostrando que tal movimento representa uma grande ação da sociedade civil reagindo contra as mazelas causadas pelo capitalismo. Em sua obra a *Questão Urbana* Castells formula uma premissa sobre o movimento urbano, na qual avalia que não existe transformação com qualidade no bojo da estrutura urbana que não seja diretamente produzida pelos movimentos sociais urbanos articulados a outros movimentos e com a própria luta de classe, ou seja, Castells entende como de fundamental importância para a verdadeira transformação a articulação e a união entre os movimentos sociais. Com essa teoria ele separa os movimentos, tendo uma percepção diferente dos marxistas que apontam os movimentos como todos sendo parte da luta de classe.

Gohn (1997) aponta um outro autor que sendo, também, um seguidor do papel fundamental dos movimentos sociais urbanos. Este autor é Lojkin. Ele vê em tais movimentos a possibilidade da contestação não só ao poder econômico da elite dominante, mas também do modo de reprodução do conjunto da formação social, tanto econômica quanto social.

Os movimentos sociais urbanos terão um papel fundamental nos estudos contemporâneos. Na América Latina e, principalmente no Brasil, no período da Ditadura, onde acontece a sua aproximação com o pensamento marxista, os movimentos passam a ter conotações extremamente transformadoras, que visavam diretamente o confronto com a busca pela democracia. Afinal, o Brasil como toda a América Latina, foi palco de confrontos entre civis e militares, o que influenciou o estudo acerca dos movimentos até os anos 80, período em que começa no Brasil a democratização e os movimentos tomam outro rumo.

1.3 Vertente latino-americana

“Os que não gostam de política correm o risco de serem mandados pelos que gostam”.

Luís Inácio “Lula” da Silva

Os Movimentos Sociais na América Latina sempre estiveram sob os olhares dos estudiosos do assunto. Neste continente de desenvolvimento capitalista tardio, espoliado pelas elites burguesas, seja dos grandes latifúndios ou dos grandes industriais, desde a época da colonização seu povo sempre lutou pela sua liberdade e dignidade. A América Latina sempre foi palco de grandes disputas e de revoluções.

Gohn (1997, p.227) assinala alguns pontos que são de relevância para a compreensão das formulações acerca dos movimentos sociais latino-americanos:

1. Diversidade de movimentos sociais existentes. Diferenciação interna entre eles quanto a formas de organização, propostas, projetos políticos, articulações, tipo de liderança (etc...);
2. Hegemonia dos movimentos sociais populares diante de outros tipos de movimentos sociais;
3. Os “novos” movimentos sociais, de mulheres, ecológicos, de negros, indígena etc., que ocorreram em toda a América Latina;
4. Os movimentos sociais populares que se destacaram e se tornaram internacionais. Aqueles que estavam sob o manto protetor da Igreja Católica em sua ala progressista da Teologia da Libertação;
5. Nos anos de 1960, com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica mudou o eixo de sua política na Américas Latina. Desenvolveu estratégias para voltar-se para a sociedade civil, passando a ser ela própria um agente ativo na organização da sociedade;

6. A problemática dos imigrantes tem gerado uma série de movimentos sociais na Europa. No Brasil esta problemática não gerou movimentos significativos no pós-guerra, apenas algumas manifestações;
7. Dado o passado colonial, a questão indígena tem sido fonte de conflitos e movimentos sociais;
8. A questão do preconceito racial contra os afro-americanos tem-se destacado pela chamada discriminação sublimar: salários mais baixos, empregos piores etc.;
9. A relação do movimento com o Estado sempre variou em função de objetivos estratégicos e das articulações mais amplas dos próprios movimentos sociais;
10. A problemática da integração social, bastante discutida nos paradigmas americanos e europeus¹, não foi uma variável importante na realidade latino-americana;
11. A institucionalização dos conflitos sociais tem sido a principal estratégia da sociedade política para responder aos movimentos sociais;
12. Ao contrário do que afirmam algumas teorias americanas e européias, as ideologias não morreram e são elementos fundamentais da própria idéia de movimento social na América Latina;
13. Os partidos políticos têm desempenhado um papel extremamente importante junto aos movimentos sociais em geral.

Exatamente por se tratar de um continente onde a exploração e a expropriação da mão de obra escrava sempre foi instrumento de dominação, os primeiros movimentos que surgem, são os de resistência, contra a escravidão, contra os regimes autoritários. Em seguida começam a se lapidar as lutas pela democratização dos países. Neste sentido das

¹ Sobre o tema consultar GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

lutas, Harber (1996) aponta que os movimentos no continente latino-americano tiveram uma habilidade extraordinária no período de transição dos regimes militares.

É relevante para a análise dos movimentos sociais latino-americanos considerar que em diversas vezes os movimentos estavam sempre permeados por ideologias que tinham suas matrizes influenciadas pelos paradigmas marxistas.

Nos países que apresentavam um certo grau de industrialização, os movimentos começam a ganhar corpo nos grandes centros, articulados em redes, onde se destacam como atores principais a Igreja, com sua Teoria da Libertação, sindicatos, que começam a serem construídos e, aliados a eles, surgem os partidos políticos de esquerda, fazendo frente como oposição a elite governante. Já no campo começa a mobilização de ações com caráter rebeldes. No Brasil, percebemos que os dois movimentos acontecerem simultaneamente, como as Ligas Camponesas e os Partidos Comunistas agindo em um mesmo período, com demandas diferentes, mas tendo como único fundo a exploração da mão de obra, seja nas plantações ou nas indústrias.

Em seu texto "*A trajetória dos Movimentos Sociais*", Ruth Cardoso (1994) aponta a existência de duas fases, sendo uma citada como "a emergência heróica dos movimentos", que, para a autora, se dá na década de 70 até o começo da década de 80 e, a segunda, chamada de o momento da institucionalização. Para Cardoso, os movimentos adquirem um caráter mais institucional, tendo como fundamentos práticas utilizadas em empresas, obtendo inclusive cargos e funções burocráticas.

No Brasil, os movimentos da década de 70 emergem à revelia do Estado. Os movimentos populares vão abrindo brechas ao lado dos movimentos operários. É relevante lembrar que nas décadas de 60 e 70, mais especificamente na época da Ditadura, a repressão acaba, muito ao contrário de silenciar os movimentos, jogando-os na clandestinidade, o que trouxe aos movimentos mais união e cumplicidade. Talvez conduzindo para uma verdadeira

corrente, já que os diversos movimentos tinham um inimigo em comum, o silêncio obrigatório, através da violência e da repressão.

A democracia estabelecida no pós-ditadura foi mérito das forças dos mobilizadores dos movimentos sociais. As estruturas democráticas foram fruto da guerra traçada pelo direito a voz, o que foi desembocar no que Gohn (1997) chama de formas normativas de eleitorado. Sobre a arena política formal Ottmann, nos diz que:

ao gerar elementos de conhecimento e cultura, contestando permanentemente entidades estabilizadas de uma cultura dominante, os Movimentos Sociais se engajam ativamente na moldagem da economia política do Brasil (OTTMANN apud GOHN, 1997).

Porém, estes mesmos movimentos acabam entrando em crises internas com as novas conjunturas estabelecidas. A união e a força que muitos movimentos tiveram durante a repressão acabam sumindo ou confundindo os movimentos com a abertura democrática e o avanço neoliberal nos anos 80, já que agora o inimigo não é mais tão visível e anunciado como o anterior.

A abertura democrática nos anos 90 faz crescer o número de organizações não-governamentais, as famosas ONGs. Cardoso (1994) coloca que esta é a fase de institucionalização. Os meios de atuarem e de conceberem uma visão de mudança social acabam gerando uma diferença nos movimentos atuais com relação aos das décadas de 60 e 70, já que agora a repressão vem disfarçada de mecanismos neoliberais como a própria concepção de terceiro setor da sociedade civil organizada, que dá ao primeiro setor, o Estado, a responsabilidade de governar e estruturar políticas econômicas, inteiramente vinculada ao segundo setor, o mercado, que reparte com o primeiro o lucro do capital, deixando ao terceiro setor apenas as questões sociais para resolver, questões essas geradas pelos dois primeiros setores.

Porém, livre de toda a influência setorista norte-americana, encontram-se, ainda que marginalizados pela mídia, o Movimento dos Sem Terra - MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens entre outros. É importante lembrar a união e o movimento em rede dos movimentos aos moldes das décadas anteriores da passeata do Fora Collor, mas em seguida, no Viva Rio, percebemos os movimentos sem influência nem contato com partidos políticos.

O número crescente de ONGs e outras entidades da sociedade civil, que nascem no pós-redemocratização, vêm mostrar que as vozes dos movimentos estão se ampliando, buscando os espaços abertos, principalmente através de Fóruns, para a discussão, elaboração e implementação de políticas sociais nos mais diversos campos.

No contexto catarinense, em particular no florianopolitano, revela-se uma vida associativa intensa que se expressa nas organizações sócio-comunitárias com raízes na cultura da imigração européia e na cultura negra e indígena. É uma forma de expressão da sociedade civil local, que mantém viva a resistência face as práticas sócio-políticas não fundadas na democracia participativa e no respeito à autonomia e legitimidade de seus processos políticos-organizativos.

No município de Florianópolis há uma importante rede de organizações de bairros, ambientalistas, culturais, de mulheres e de negros que propõe aos gestores de políticas públicas e sociais possibilidades de desenvolvimento sócio-político e ambiental com inclusão social. Destacamos a União Florianopolitana de Entidades Comunitária e o Fórum da Cidade, contexto do presente estudo, como protagonistas fundamentais na consolidação de espaços públicos abertos ao debate, a proposições a favor deste desenvolvimento.

2 FÓRUM DA CIDADE: UM MOVIMENTO SOCIAL CONQUISTANDO DIREITOS SOCIAIS COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Bandeiras

Olha, talvez você não compreenda meu caminho,
Eu sei é tão difícil acreditar,
Mas não vou negar, não vou desistir,
Minhas bandeiras, espero estendê-las pelas ruas,
Nas ruas eu me acho e me entendo,
Mas você vai ouvir falar, do que estou dizendo.

Espero, seremos a mesma voz, e ao ouvir falar,
Talvez meu coração já possa perceber,
Que meu destino é nunca desistir,
Minhas bandeiras, espero estendê-las pelas praças,
Nas praças eu durmo, e me compreendo,
Mas você vai ouvir falar, do que estou dizendo.

Confesso, sentir o vento dizer, o que quero ouvir falar,
Sei que somaremos um só coração,
E meu coração nunca vai desistir,
Minhas bandeiras, espero estendê-las pelas avenidas,
Nas avenidas que eu estreito, me construo,
Mas você vai ouvir falar, do que estou dizendo,
Pois estará escrito, nas ruas, praças ou avenidas,
Em letras grandes e coloridas,
Para você ouvir falar, do que estou dizendo.

Carlos Raulino

2.1 Movimentos sociais: contribuições e tensões aos processos sócio-políticos e participativos na gestão da cidade

Durante a maior parte da história da humanidade, a comunidade era uma tribo e, mais tarde um vilarejo. Inicialmente a comunidade oferecia ajuda e funcionava como um seguro contra qualquer ameaça que surgisse. Hoje em dia, na ausência de comunidade tribal, muitas pessoas assumem sozinhas suas própria segurança. Acho que o alto nível de ansiedade de nossa sociedade se deve principalmente a essa perda de sensação de pertencer a um grupo.

Patch Adams

A declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece, nos seus artigos 27 e 29, que todos os homens tem direito de participar livremente da vida da comunidade e, que por sua vez, tem deveres para com esta, sendo possível o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade. Também é preconizado, no artigo 25, que toda a pessoa tem o direito de

assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis.

Em 1976, durante a Conferência das Nações Unidas, foi firmado que a participação popular é um direito, um dever político e um instrumento essencial de construção nacional.

Em nossa Carta Magna fica claro, no artigo 5, parágrafo XVIII, a criação de associações e, na forma da lei, de cooperativas, independente de autorização, sendo vetada a interferência estatal em seu funcionamento, o que torna inteiramente legal as associações de moradores de bairros e as comunidades organizadas em entidades, para reivindicar às entidades estatais responsáveis melhorias nas cidades.

Marx afirma que “a sociedade civil representa o momento ativo e positivo de desenvolvimento”. Diante desta afirmação é relevante lembrar que em nosso território nacional houve, durante décadas ou até séculos, inúmeros movimentos reivindicatórios, como o de Zumbi e os Quilombos, os Caras-Pintadas. Muitas foram às lutas, muitos foram os progressos e muitos também os retrocessos. A história do Brasil é formada, mesmo que os livros e os tradicionais ensinamentos neguem, pelos Movimentos Sociais.

O povo tem a voz e, mesmo a elite dos governantes não querendo ouvir, o povo fala, mesmo aqueles que não sabem escrever e ler. Aqueles que sabem por natureza, sentir fome, sede e frio. Mesmo, estes, não sabendo que são explorados, outros, o sabem, e, são por opção, a voz deles. São essas mesmas vozes que construíram e seguem construindo a história.

A história não é somente feita por Dom's, Marechais, Presidentes, Líderes ou Generais. A história é construída sim, por Joãos, Marias, Antonios, Josés e muitos outros que fazem parte de uma legião de homens e mulheres que acreditaram na transformação e

construíram as revoluções. E, se na margem da história esses homens não são lembrados, eles o são pelos fatos concretos.

Esses fatos nos mostram o quanto é importante à mobilização social e o quanto é fundamental para a conquista das reivindicações e a construção da história a organização dessas pessoas. Afinal, um mero aglomerado de pessoas furiosas ou ressentidas por terem direitos violados não caracterizam especificamente um movimento social. Nem uma turma de pessoas reunidas em um local rodeado por cadeiras caracteriza uma entidade organizada e apta a transformar. E, não basta apenas a figura de um líder, mas sim, tão importante como qualquer destas questões acima citadas, está o planejamento estratégico das ações de mobilização, do plano de luta e das ações em torno das reivindicações. A conquista está embasada na organização e a força da sobrevivência do movimento está na conscientização dos sujeitos envolvidos, não apenas no líder ou na comissão principal, mas em toda e qualquer pessoa que queira participar ou apenas conhecer.

Quanto a importância das “massas” nos movimentos, podemos ter claro, em nossa história, a Passeata dos 100 mil, em São Paulo, as Ligas camponesas, nas quais não bastaram apenas Francisco Julião.

Segundo Gohn (1997 p.251),

movimentos sociais são ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura sócio-econômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

Com esta compreensão, o Fórum da Cidade de Florianópolis configura-se como um movimento que nasce no bojo das reivindicações por qualidade de vida na cidade. É no êxodo rural, no começo da industrialização tardia no Brasil, que as cidades começam a crescer desorganizadamente e, na ânsia de buscar trabalho, saúde e educação, muitas famílias largam tudo e vem para cidade.

Nesta direção, os órgãos públicos, buscando controlar o caos e “arrumar a cidade” acabam empurrando os trabalhadores braçais para as periferias da cidade, para as partes pouco habitadas, sem infra-estrutura, dando, assim, origem as comunidades carentes, mais tarde conhecidas como favelas, nome originado de uma planta, que só cresce e sobrevive em morros. São muitas as famílias que vem para a cidade, mais do que as próprias comunidades podem suportar, e, pouco a pouco elas vão ganhando espaço nos morros e nas encostas, através de ocupações. Algumas vão se formando mais próxima dos serviços de infra-estrutura urbana para poupar tempo e dinheiro para poder sobreviver.

As comunidades carentes, com o tempo, vão se organizando. As prefeituras vão legalizando algumas dessas comunidades, dando infra-estrutura suficiente e condições mínimas de sobrevivência (claro que o suficiente é na visão da “elite governante”).

E, como é do Ser Humano buscar o melhor para si, muitas pessoas, influenciadas por partidos de esquerda, líderes socialistas e inclusive pela própria presença de padres seguidores da Teologia da Libertação, participam da organização destas comunidades, lutando para que a qualidade de vida e a dignidade tenham presença no cotidiano dos moradores que ali vivem.

2.2 Movimento de reforma urbana: uma luta social contemporânea

Nas décadas de 60 e 70, os movimentos sociais levantavam diversas bandeiras. Embora com uma luta unificada, lutando por uma sociedade igualitária, as lutas se distinguem entre o campo e a cidade. No campo, a luta pela reforma agrária ganhava cada vez mais espaço no cenário político no governo de João Goulart, através das Ligas Camponesas e movimentos organizados por Francisco Julião. Na cidade, as lutas eram pela reforma universitária, administrativa, tributária. E, assim como o direito de morar com

qualidade e respeito no campo, na cidade, a reforma urbana trazia a tona os problemas das ocupações, pois de um lado, a população lutava por uma moradia condizente com o fator humano e do outro, as imobiliárias e as prefeituras tentavam medidas que pudessem interromper esse problema.

Em 1963, foi aprovado no Congresso, o Estatuto do Trabalhador Rural, o que significou uma importante vitória e um grande passo para a reforma agrária. Porém, todas as discussões e os avanços rumo a uma sociedade igualitária, as quais vinham sendo acaloradas entre os movimentos e o Presidente Jango, acabam por se calar após o dia 1º abril, com o golpe de Estado, onde pouco antes, a reforma urbana havia sido enviada para apreciação do Congresso Nacional, com o chavão de medidas para a modernização do país.

Como uma das principais medidas previstas na proposta enviada ao Congresso, estava a concessão do imóvel ocupado aos inquilinos que assim o quisessem. Ao Estado cabia a competência de avaliar a compra dentro dos preços médios praticados pelo mercado. Desta forma, seriam atendidas as reclamações da população acerca dos aluguéis com valores extremamente abusivos praticados pelas imobiliárias que, a princípio, foram às únicas que reclamaram, pois, afinal, a especulação imobiliária era a sua fonte de lucro. Em síntese, nem mesmo eles seriam prejudicados porque as prestações pagas representariam a média de preços pagos pelos imóveis e, ainda, não haveria o risco de não receberem, já que os processos teriam o aval e a responsabilidade do Governo.

Essa discussão foi ampla nas décadas de 1950-60. Os inquilinos poderiam transferir o seu aluguel para o pagamento de sua casa que eram avaliadas pelo Governo. Entretanto, a discussão foi violentamente calada com o Golpe de 1964, onde as discussões tiveram de ser adiadas porque para a elite que patrocinou o Golpe, entre o Governo de Jango e os Movimentos Sociais havia diálogo e a proposta de Reforma Urbana e o Estatuto do Trabalhador Rural não interessavam ao grande capital.

De acordo com Silva (2002, p.164),

é compreensível, portanto, o surgimento de vários movimentos urbanos durante este período (Ditadura Militar), reivindicando melhores qualidade de vida nas cidades, (...) porém, é nos anos 70 e 80 que esses movimentos ganharam mais visibilidade e relevância política, pois foram capazes de construir um discurso e uma prática social marcados pela autonomia em relação ao Estado e aos mecanismos de repressão institucional.

Já em 1988, após o período de redemocratização, é apresentada nos artigos 182º e 183º da Constituição, a necessidade das cidades estarem organizadas dentro de sua função social, diminuindo e até combatendo as desigualdades, proporcionando aos seus habitantes o bem-estar comunitário e implementando espaços para a participação da sociedade na construção das Leis Orgânicas Municipais e nas Constituições Estaduais.

Porém, a emenda não foi incorporada em sua totalidade como foi enviada, mesmo assim representou uma abertura importante à discussão da moradia e das cidades porque admitiu a necessidade de mecanismos para que a sociedade participe ativamente da gestão das cidades, principalmente nas questões relativas a elaboração das Leis Orgânicas Estaduais e Municipais.

Nesse bojo nasce o Fórum Nacional de Reforma Urbana, com a plataforma de disseminar a reforma urbana no processo da constituinte, da elaboração de propostas de políticas de forma alternativa, o monitoramento das políticas urbanas e a articulação dos diversos atores que possam estar participando do processo para que sejam cumpridas leis que contemplem o direito à cidade, como a construção da gestão democrática e da função **social das propriedades. Para tanto, o Fórum conta com a mobilização da população.**

É certo que a participação não pode ser dada, mais construída. Diversos espaços foram criados e a participação dos atores na política de elaboração da cidade ideal foi importante não apenas no sentido de exercer seu papel de cidadão, mas também para derrubar as forças autoritárias e as práticas clientelistas.

Mas é com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, mas precisamente a partir de sua vigência que começa no dia 10 de outubro de 2001, o qual busca dar regulamentação aos artigos 182 e 183 da Constituição, visando imputar a propriedade ao exercício de sua função social e criando a obrigação de seus proprietários utilizarem adequadamente o solo.

O Estatuto da Cidade em sua função, diz respeito a atender as populações carentes ou de baixa-renda, onde o Usucapião Coletivo é sua maior prerrogativa.

Contudo, é extremamente relevante percebermos que o Estatuto da Cidade é um instrumento de política urbana, que deve ser utilizado de forma ética e coerente, com real compromisso de utilizá-lo de forma correta. De um lado deve haver o compromisso do Poder Público e de outro o controle, a mobilização e a força do Poder Coletivo dos movimentos sociais.

No caso específico da Cidade de Florianópolis, o movimento sócio-comunitário vem assumindo um relevante papel ao constituir a base social do Fórum da Cidade. O Fórum mantém em sua agenda de luta a urgente implantação do Estatuto da Cidade no Município.

2.3 Fórum da Cidade: um espaço público de mobilização e de proposição pela cidade que queremos

O Fórum da Cidade é uma idéia que conquistou sua concretização a partir de ações de mobilização realizadas pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular –NESSOP do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, através do projeto “Experiências em Cena”, que realiza eventos na Universidade

mostrando experiências de gestão das organizações sócio-comunitárias e populares da grande Florianópolis².

O evento intitulado “A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis” mobilizou lideranças e associações comunitárias e teve como debate central a criação de espaços onde pudessem ser articuladas demandas e questões urbanas relativas ao planejamento urbano de Florianópolis.

O NESSOP junto com demais professores da UFSC, lideranças e entidades comunitárias se inseriu no processo via organização de um grupo, a fim de organizar encontros com o objetivo estimular a participação comunitária em assuntos como as questões sócio-ambientais e urbanas da região da Grande Florianópolis.

Destes encontros, surgiu a proposta da organização de um Fórum para que pudessem estar sendo discutidas as demandas sociais e urbanas das comunidades e para que se desse visibilidade às tensões e lutas do movimento comunitário. Foi justamente nesse anseio da criação de um espaço de discussão que foi criado o I Fórum da Cidade, que teve como referência o Decreto Lei nº 10.257, de julho de 2001, que institui o Estatuto da Cidade.

Para o Serviço Social, operador de políticas públicas, os instrumentos do Estatuto da Cidade são fundamentais na ampliação e consolidação das conquistas cidadãs. É um instrumento de gestão democrática que prevê o planejamento urbano de forma sustentável.

Os dias do Fórum foram 05 e 06 de outubro de 2001, sendo realizado no ginásio da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, com palestras, debates e trabalhos em grupo

² Ver em anexo a Carta do Evento.

separados por temas. Ao final aconteceram plenárias para estipular estratégias de luta e demais encaminhamentos.

O Fórum teve, entre outras, a intenção de criar instrumentos que dêem legitimidade e visibilidade para os movimentos populares, comunitários e sociais, assim como, tentar popularizar o Estatuto da Cidade³.

Em sua segunda edição, realizada em julho de 2003, foram aprofundadas questões vitais e, formularam-se proposições para inibir o atual desenvolvimento urbano local, o qual aparece marcado por um profundo desrespeito ao ecossistema. Também, exigências de qualidade de vida com moradia digna, espaços públicos de cultura e lazer, transporte público, acesso universalizado à educação e saúde.

A idéia de um espaço público de discussão da Cidade remonta à década de 80, quando setores organizados já incluíam em suas reflexões locais um desenvolvimento sócio-ambiental democrático e participativo.

Organizações como o Movimento Ecológico Ambiental Livre, o Centro de Evangelização e Educação Popular, o Centro de Apoio ao Migrante, o Centro de Cultura e Cidadania, associações de moradores, Movimento Campeche Qualidade de Vida, para citar algumas, protagonizaram e protagonizam junto a mais aproximadamente 230 organizações debates e proposições por uma Cidade que defende e realiza os ideais da cultura, da liberdade, da inclusão social e da preservação ambiental.

Os avanços neste cenário indicam atores institucionais que privilegiam as demandas oriundas dos movimentos sociais.

Nesta direção, a UFSC, através do NESSOP, desde julho de 2000 participa do Fórum da Cidade. O NESSOP participa como membro e, assessora a mobilização do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade.

³ Ver em anexo a Programação do I Fórum da Cidade.

O NESSOP, através das suas ações de assessoria, cumpre um importante papel no âmbito da extensão universitária, onde o exercício profissional do Assistente Social revela especificidades de sua competência, qual seja, apoiar e/ou participar de movimentos sociais e organizações populares vinculados a luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

2.4 O que é o NESSOP

Um país de verdade se faz com educação e todos os países que primam pelo progresso, pela soberania e pelo bem-estar de seu povo oferecem educação digna e condições de acesso a educação. Portanto, o governo de todo o país que se autodenomina democrático deve investir em instituições que ofereçam o serviço sem interesse escuso, sem interesse mercadológico, respeitando o direito moral da autonomia do sujeito, respeitando seus valores, crenças e sonhos. Utopia?

Na Europa as universidades têm tradição na sociedade. No Brasil, após sua independência, muitos filhos da classe dominante viajavam para a Europa onde havia as melhores e mais antigas (já naquela época) Universidades no mundo, sendo que para o país não havia a necessidade de instruir índios e negros, afinal, para muitos portugueses católicos eles nem possuíam almas e povo burro é povo fácil de manobrar. Porém, nem todos os pseudos-ricos possuíam dinheiro suficiente para dar a seus progenitores a educação tão bem vista pela sociedade.

Nesta ótica, surge no bojo de diversos movimentos sociais (separatistas, conquistadores, revolucionários) uma gama de intelectuais que lutavam pela educação do povo, pois, afinal, uma revolução se faz com um povo instruído com educação. Nunca,

jamais com o adestramento como eram conduzidas muitas das ditas universidades européias.

Mas a história da educação nas universidades brasileiras vai se consolidar como um direito nas décadas de 60. Assim que instaurado o Regime Militar no Brasil, em 1964, uma das primeiras decisões foi a necessidade de ser feita uma reforma universitária, o que obrigou as universidades a se organizarem em departamentos e centros. Foi acabando assim o regime seriado e adotou-se o sistema de créditos e matrícula semestral como forma de cumprimento da grade curricular.

De acordo com o Cientista Político e Professor da UFRS, Dr. Hélgio Trindade, “a história das universidades desde as origens mostra sua relação permanente com a sociedade e, como instituição social, ela transforma-se no tempo e no espaço guardando sua identidade própria”.

O ensino superior na América Latina tinha como padrão a ser seguido o da universidade estatal francesa ou napoleônica, ao passo que a universidade alemã, comprometida com a pesquisa e o progresso da sociedade, influenciou no nascimento da Universidade de Londres e na evolução acadêmica das universidades de pesquisa americanas.

A Universidade Federal de Santa Catarina, foi criada em 18 de dezembro de 1960, através da Lei nº 3.849, reunindo as faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial, sendo oficialmente instalada em 12 de março de 1962.

A UFSC possui 56 departamentos e 2 Coordenadorias Especiais, as quais integram 11 Unidades Universitárias. São oferecidos 28 cursos de graduação com 11 **habilitações nos quais estão matriculados 15.875 alunos.**

O campus Universitário da UFSC, atualmente, integra cerca de 20.000 pessoas. Dispõe de uma infra-estrutura que permite funcionar como uma cidade qualquer. Além de uma prefeitura responsável pela administração do Campus, há órgãos de prestação de serviços, hospital, gráfica, biblioteca, creches, centros acadêmicos, centro olímpico, museu, entre outros.

Numa área de um milhão de metros quadrados temos 187.452 metros quadrados de área construída. A esta área do campus foram acrescentados dois milhões de metros quadrados representados por manguezais que servem para pesquisa e preservação de espécies marinhas e, através do convênio com o Ministério das Marinhas, a UFSC, em 1979, obteve a concessão da Ilha de Anhatomirim. Em 1990, o Ministério da Marinha, transferiu a guarda da Fortaleza de Santo Antonio e, em 1992, a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, localizadas ao norte da Ilha de Santa Catarina.

O Curso de Serviço Social foi instalado no Centro Sócio Econômico. Foi um dos primeiros a fazerem parte do corpo de graduação da UFSC. Tem por objetivo a formação profissional do Assistente Social, mediante o domínio de conhecimentos específicos, para atuar na execução de políticas e programas sociais nas áreas da saúde, educação, trabalho, justiça, previdência e assistência, desenvolvendo ações junto as entidades públicas, privadas, ONGs e processos de organização popular. Neste universo, o Curso de Serviço Social conta com diversos núcleos de estudos de pesquisa e extensão, divididos em áreas (NECAD, NESS, NETA e NESSOP).

Ernesto Guevara, mais conhecido por Che, em seus célebres discursos e entre suas idéias, baseadas na justiça e igualdade entre os povos, tinha a convicta compreensão de que a finalidade principal da Universidade é a de estar fazendo uma ponte entre o conhecimento produzido pela Academia e a Sociedade. Médico por graduação e

revolucionário por vocação Che levava seus conhecimentos intelectuais em favor do próximo.

Em uma sociedade, baseada na livre concorrência, onde cada pessoa é uma ilha cercada por rivais em todos os lados, há núcleos na UFSC que se fecham e produzem conhecimentos e projetos que acabam atendendo interesses privados.

Percebe-se, assim, uma inversão de valores na relação público e privado, onde a produção de conhecimento não visa mais (sabendo que para muitos isso nunca foi visado) a qualidade de vida da sociedade, a transformação em busca da igualdade, ou simplesmente devolver a sociedade o que a sociedade deu, através de impostos e muito trabalho.

No bojo das articulações UFSC e a Sociedade encontra-se o NESSOP, que tem por objetivo articular o ensino, a pesquisa e a extensão, construindo vínculos com os sujeitos inseridos na temática na práxis sócio-comunitária e popular, especialmente, nos processos de gestão, organização, e mobilização interna e externa.

Atualmente o NESSOP possui um quadro de projetos composto por:

Experiência em Cena - projeto que se realiza através de eventos realizados na UFSC, tendo como protagonistas as organizações sócio-comunitárias e populares da Grande Florianópolis, priorizando suas experiências de gestão e organização, contribuindo para o avanço do movimento sócio-comunitário popular e sua luta por cidadania, democracia, e justiça social.

Assessoria - trata-se de uma prestação de serviço para o atendimento breve às demandas apresentadas pelos sujeitos no movimento sócio-comunitário de todo território catarinense, prioritariamente, aquelas demandas que expressem buscas teórico-metodológicas de gestão democrática, de lutas e proposições do Movimento junto às políticas públicas.

Assessoria às demandas das Associações Sócio-Comunitárias para o conhecimento da realidade local e para elaboração do perfil social, econômico e cultural dos moradores - trata-se de atender as demandas das organizações sócio-comunitárias da grande Florianópolis, de realização dos seus perfis sócio-econômico-culturais, que resultará num diagnóstico da realidade local. Ressalta-se que este processo como um todo envolve a mobilização e a gestão participativa das organizações demandatórias.

Formação de Gestores Comunitários - trata-se de constituir um espaço público de articulação de saberes e de experiências para fortalecer o trabalho em rede das organizações sócio-comunitárias em sua relação com as políticas públicas e com outras expressões cidadãs da sociedade civil organizada. Desenvolver uma pedagogia relacional – crítica pautada na realidade sócio-cultural e política dos participantes, contribuindo na constituição de uma política de formação permanente de gestores comunitários.

Na relação com o ensino, oportuniza ao estudante de Serviço Social um olhar crítico, a inserção de seus conhecimentos e confronto com a realidade vivida pela população, formação de atitudes ético-políticas diante das questões sociais que permeiam a vida em sociedade.

Como estágio participei do Projeto “Mobilização do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade, onde vivenciei uma primeira aprendizagem sobre o fazer profissional junto aos movimentos sociais urbanos e que no presente estudo tento desvelar.

2.5 Ações de assessoria: a mobilização do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade

O NESSOP na relação com o movimento sócio-comunitário desenvolveu ações no sentido da criação do espaço para a mobilização e discussão acerca do processo de constituição e realização do Iº Fórum da Cidade. Tais ações tiveram como principais objetivos:

- Realizar um encontro de abrangência Municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental da cidade, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática;
- Conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário e potencializando a participação popular nos Municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade.

Vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFSC, o NESSOP tem como uma de suas atribuições prestar assessoria a movimentos sócio-comunitários, em prioridade, àquelas que tem como expressão a formação de gestão democrática de lutas e proposições do movimento junto às demandas públicas.

A legitimidade da assessoria que o NESSOP presta ao Fórum está expressa no Documento Final do Experiência em Cena III e do I Fórum da Cidade, onde o movimento sócio-comunitário, através de participantes do I Fórum, solicitam ao Núcleo que continue prestando assessoria ao movimento como parte de sua política de extensão ensino e **pesquisa universitária.**

Entendemos que a principal atribuição da assessoria está em por instrumentos que possibilitem o desvelamento do movimento da realidade social, ocultado pelo

movimento do cotidiano das relações sociais, o que faz parecer inexistentes quaisquer alternativas e possibilidades de ação.

O alcance destes objetivos, nos seus limites e possibilidades, ganha expressão através das falas das profissionais de Serviço Social envolvidas em ações de assessoria na mobilização do movimento sócio-comunitário de Florianópolis para o Fórum da Cidade que apresentaremos a seguir.

3 A FALA DAS ASSISTENTES SOCIAIS

Antes cabe esclarecer que os depoimentos que seguem foram obtidos através de entrevistas gravadas, em Janeiro de 2004. Utilizamos um roteiro com questões semi-estruturadas. O conteúdo das falas que seguem estão sendo apresentados na íntegra. São significativas contribuições para um primeiro olhar reflexivo ao fazer profissional neste contexto. Trata-se de um trabalho que descreve e sistematiza uma trajetória, ainda bastante recente, da assessoria em Serviço Social ao Fórum da Cidade, tendo como foco central, a mobilização de um dos seus sujeitos sociais configurado pelas organizações sociais de base sócio-comunitária. Esclarecemos, também, que as Assistentes Sociais, membros do NESSOP, Simone Matos Machado e Zulamar M. B. e Castro acompanham o Fórum da Cidade desde a sua criação e, a Assistente Social Ana Luiza de L. Vaz é membro desde de março de 2003. Esta última, também, há muito tempo vem acompanhando as lutas sociais urbanas que culminaram na criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

É importante destacar que as questões não seguem uma seqüência lógica, tendo em vista que os pontos centrais à análise são abordados na totalidade, independente da seqüência das questões.

3.1 Assistente Social Simone Matos Machado

1) Como você pensa as ações de assessoria à mobilização sócio-comunitária para o Fórum da Cidade, como fomento à transformação social na Cidade?

Simone: eu penso assim: como Serviço Social, o que a gente deveria estar trazendo são esses elementos do que é mobilização social, entendeu? Porque a gente quer

transformar a cidade, quer fazer uma transformação, e essa transformação está indo na direção da democracia, da participação das pessoas, então, essas ações tem que se dar no sentido de incluir as pessoas não só em termos de número. Não adianta tu ter uma assembléia cheia, mas sim a possibilidade daquelas pessoas, naquele espaço poderem realmente se expressar, poderem se expressar como projeto de cada um ali. Não adianta fazer uma mobilização autoritária, chega lá, enche a sala de gente e só dois ou três que falam sempre. Então é trazer como Serviço Social, os elementos para democratizar essa mobilização e que essa mobilização traga uma participação real dos sujeitos, das pessoas e não um faz de conta. Porque está cheio de Partidos, de grupos que reúnem bastante gente, como as igrejas. As Igrejas Evangélicas, tipo Assembléia de Deus, Renascer estão lá, mas é aquele pastor que fala e aqueles mil e poucos “cordeiros” que balançam a cabeça. Isso é mobilização, a Igreja Renascer mobiliza, mas não é essa a mobilização que a gente quer como Serviço Social. Uma que as pessoas possam ter o espaço para se expressar. E, esse é um desafio muito grande, porque a tendência autoritária é muito forte na nossa cultura, não é? Na cultura do Movimento Social em geral. Então, é um processo muito difícil, mas eu penso que essa é a direção da nossa ação como Serviço Social.

2) Na sua opinião, quais as atribuições e instrumentos profissionais do Assistente Social que mais possibilitam avanços na mobilização do movimento sócio-comunitário?

Simone: eu acho assim: primeiro que não é bem uma atribuição, nem um instrumento prático que se expressa, que a gente consegue visualizar. A primeira questão que eu vejo como o sentido da nossa profissão para a mobilização do movimento é respeitar e compreender a cultura dessas pessoas dessas localidades que estão se

organizando e, conseguir fazer uma leitura. (...) E um contato assim, que realmente seja democrático, que não seja a nossa visão acadêmica, lendo uma cultura diferente sob a nossa ótica. Isso é uma coisa que eu vejo acontecer com muitos Assistentes Sociais, mesmo lá na Universidade, apesar de toda a boa vontade, a leitura é feita pela leitura acadêmica institucional. Então, não é uma aproximação que respeita a cultura, que respeita aquele movimento, aquela maneira de ser.

Percebo que muitos Assistentes Sociais, mesmo com boa intenção, acabam fazendo atitudes que vão na direção de um autoritarismo muito disfarçado. Então, primeira questão é realmente compreender e ter uma atitude humana e profissional de respeito à cultura que a gente está se relacionando, a maneira de ser daquela população, com todas as questões que a gente pode até discordar, sendo de um grupo pensante intelectual, mas é o respeito que a gente tem que ter, e, partir sempre dessa realidade deles.

O ponto de partida para a emancipação é partir da realidade que está. A primeira questão é a atitude de respeito à cultura, e, partir sempre do real. para isso, eu tenho que fazer uma leitura desse real, eu tenho que entrar em contato com ele, sem preconceito. Então, são atitudes que eu estou tentando te colocar, antes de entrar nos instrumentos.

Se eu faço isso, se eu tenho essa postura, essa atitude profissional de respeito à cultura, de partir do real, do quê eu estou vendo, se eu faço isso, os instrumentos que eu vou utilizar e, é a primeira coisa que a gente faz, é se relacionar mesmo, entrar em contato. É o contato, a maneira como a gente conversa mesmo com as pessoas, o contato individual ou em grupo. Se nessa atitude, nesse contato, eu estou indo lá já com um monte de sugestões, porque eu acho que é melhor assim, já vou lá dando milhões de dicas, eu já estou botando por terra um processo. Então, o primeiro instrumento que a gente usa é o

contato, é a conversa e esse instrumento tem que estar, assim, dentro desse espírito de cuidar muito para criar uma relação em que o outro faça o processo dele, respeitando a autonomia.

Esse é um instrumento. Então, a gente faz uma relação, a gente entra em contato em relação humana. Dizer que a gente só vai lá para coordenar uma reunião, para fazer um relatório, isso vejo como uma coisa mais superficial ainda, isso ainda é a ponta do processo.

Outro instrumento muito importante é fazer sínteses. É a capacidade de nos momentos em que a gente está participando de uma reunião, num processo comunitário, conseguir fazer sínteses e análises e não ficar, assim: eu estou aqui, estou participando. Não, pois isso reflete toda uma situação que eu já conheço essa comunidade, mas eu tenho que tomar muito cuidado como eu vou falar com as pessoas, porque isso é uma questão cultural e, então, é essa capacidade de o tempo inteiro a gente estar fazendo análises e sínteses a partir do que é o real, do que eu já conheço da comunidade ou do movimento que no caso é o movimento sócio-comunitário.

Outro instrumento também muito importante é a gente ter um conhecimento mais elaborado da realidade em termos de dados, fazer uma pesquisa. No caso do movimento sócio-comunitário é muito importante que esse movimento tenha nas mãos os dados da realidade que estão trabalhando. Então, é um instrumento que a gente tem em Serviço Social e a gente pode assessorar com todos esses elementos. Também, é importante ter esses dados se a gente vai trabalhar com o movimento sócio-comunitário que representa 10 comunidades, 29 comunidades. É preciso conhecer o perfil dessa população. Que população é essa, qual é a caracterização dela, como é que está a situação vivida hoje, quais são os anseios que ela têm. Porque isso faz com que a liderança comunitária olhe a expressão de todos os seus moradores. Cuidar dessa questão da

centralização que é muito forte e dar para o líder comunitário elementos da comunidade, ele vai fazendo a luta, seja por uma questão de infra-estrutura ou uma questão política mais ampla, ele tem os dados da realidade, então, a gente tem um instrumento, que a gente tem um no *know how* que é a pesquisa, que eu penso que esse é um instrumento que no meu caso tem ajudado muito, é fundamental.

As reuniões, os encontros coletivos, trabalhos coletivos, e de preferência com dinâmicas de grupo adequadas para aquela realidade que se está lidando. Com o movimento sócio-comunitário que representa uma população com pouca escolaridade não adianta eu fazer uma reunião, trabalhar no coletivo e trazer elementos teóricos, assim, muito elaborados ou trabalhar com material escrito. Isso não é a realidade. A gente tem que desenvolver métodos, maneiras de fazer um trabalho coletivo, onde as pessoas construam um conhecimento, façam análises a partir de uma dinâmica mais popular e aí tem dinâmicas que hoje a gente possa se utilizar que facilitam essa expressão nas pessoas. Então é criar espaços. E o instrumento seria encontros, espaços coletivos de construção de conhecimento, de atitudes, de consciência.

Então o grupo é um instrumento que é fundamental. E aí o papel do Assistente Social é vital, porque a gente ainda não tem na Universidade uma ênfase nessa formação para o trabalho de grupos, mas se ainda tem um profissional, é o Assistente Social (...) vá olhar outras profissões (...). Então é uma coisa que a gente deveria resgatar mais esse instrumento, o grupo e, como trabalhar em grupo.

3) *Na sua opinião, qual a importância do NESSOP na caracterização da relação Universidade/Sociedade como membro do Fórum da Cidade?*

Simone: olha, na verdade, eu, particularmente, ainda não me convenci. Isso é uma questão pessoal minha dentro do Núcleo, de que o NESSOP é um membro do Fórum da Cidade. Isso ainda é uma coisa meio não resolvida para mim. Para mim o NESSOP sempre foi uma assessoria, o NESSOP é governo e é um grupo dentro de uma estrutura governamental que está prestando um serviço público à sociedade que é o Fórum da Cidade.

Então, nesse sentido, eu vejo a importância do NESSOP como assessoria, porque é um direito das pessoas terem acesso a esse conhecimento, a esse serviço que a gente pode prestar. É nesse sentido que eu vejo a importância do NESSOP. Isso, inclusive, me fez ter muitos limites, nessa relação com o Fórum, e, que até nem todo mundo concordou com essa atitude, não entendiam. Para mim era claro esse papel. O papel é de assessoria não é de ser um membro do Fórum até porque como o Fórum é misto ele tem ali um conjunto de pessoas e a gente quer fortalecer o popular. É extremamente autoritário, em minha visão, a gente querer que o NESSOP seja membro do lado do movimento popular. (...) e vai lá falam todas as nossas idéias. Não que as nossas idéias sejam superiores, porque elas não são superiores, mas na cultura dominante, quando alguém da universidade fala num grupo, sempre é diferente, sempre é mais ouvido, sempre se considera mais do que alguém que não cursou uma universidade. Então, nessa correlação de força é extremamente injusto um grupo como o NESSOP ser membro do Fórum. Nessa correlação de forças que é real, se não fosse isso, se fosse todo mundo um grupo de universitário ou de grupos, entende, é diferente. Mais quando se trata de sociedade civil, de movimento popular que é esse que está mais sofrendo, que é esse que é mais humilhado, que é esse que mais precisa eu acho que é extremamente errada a idéia de que o NESSOP é membro, ainda mais ele que é do setor popular. Se fosse um Núcleo que não fosse só do setor popular tudo bem, mas ele é do setor popular, privilegiadamente, um grupo que

assessora um movimento popular. Nesse sentido, eu acho que é errado ele ser membro. Então, esse papel seria de assessoria mesmo, inclusive tomando muito cuidado para não ser membro para não estar nessa condição de falar, de dar opinião.

4) Quais as principais dificuldades encontradas para o desempenho das suas ações de assessoria na mobilização do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade?

Simone: as principais dificuldades, uma que eu poderia dizer, assim, é que essa ação de assessoria, ela se relacionou com disciplinas do Curso e se relacionou também com o Fórum da Cidade que era esse o nosso foco e houve um descompasso nos tempos desses espaços. Eu que coordenava o processo de mobilização, (...) ficou muito difícil mesmo trabalhar assim, esses três espaços. Tinha o espaço da disciplina, o projeto de mobilização que é uma assessoria, um serviço, e o próprio Fórum. E o movimento tinha um ritmo, o movimento do Fórum da Cidade tinha um ritmo, que é um ritmo de avanço e recuo, (...) que é normal a disciplina ter um cronograma semestral que envolve 70 alunos ou mais, sei lá, que tem que ter uma atividade que tem que ser naquele mês, e, naqueles meses ali, e, aí a gente ficava nesse meio de campo ali, percebendo o processo do movimento, percebendo a pressão da disciplina e vendo que muitas vezes os tempos não eram os mesmos. Essa questão é uma dificuldade e ao mesmo tempo é uma realidade, digo uma dificuldade porque é muito difícil, ainda mais quando tu não tens tempo. Então, por exemplo assim, na disciplina não tinha muito tempo para estar analisando, pensando e tal e ao mesmo tempo, como era uma profissional Assistente Social, eu estava primando pela relação com o movimento social, eu não poderia jamais, em função da disciplina de movimentos, com toda a demanda que ela tinha, atropelar um processo de um movimento, então, isso aí foi

muito difícil, a ponto de inclusive sair do Projeto. Uma das principais questões foi essa, esse descompasso, essa foi uma dificuldade, o descompasso dos tempos.

A outra dificuldade foi de não sentir na relação com Fórum a Cidade, o Fórum, aos poucos, se apropriando da mobilização, muito pelo contrário, chegou num ponto que foi o NESSOP que mobilizava, se não fosse o NESSOP, não só o NESSOP, o NESSOP e a disciplina. Então isso não é uma relação pedagógica, eu não vou tapar um buraco no processo, a gente, então, no caso, o Fórum da Cidade enquanto movimento, ele não avança, na minha análise, como poderia, nessa autonomia, como movimento, para não depender de um serviço público para fazer a sua mobilização, o que é uma essência do movimento social. Então nesse sentido é que eu também vejo assim uma dificuldade. É que isso não está acontecendo e aí chega num ponto que tu pensas assim: o que é mais certo fazer, continuar mantendo a dependência ou não manter mais a dependência e dar uma chance para que eles resgatem isso. Então, o que o NESSOP construiu até agora, um banco de dados, *Know How*, um computador, está tudo lá tudo prontinho, se esse movimento quiser ele está ali. Essas ferramentas, o telefone do NESSOP está a disposição, toda a infraestrutura, tudo preparado, a gente fez isso, basta eles assumirem como sujeitos coletivos que são, movimento social, que eles vão ter que bancar essa mobilização. Então, essa é uma dificuldade também.

Essa relação, ela foi uma relação muito de dependência e ela não foi assim uma relação pedagógica de assessoria. E, talvez, seja até uma falha minha, no caso como coordenadora do Projeto, que assumiu mais para dar conta de uma tarefa do que intervir no Fórum no sentido de ir passando para eles responsabilidade. Talvez, tenha sido nesse lado que a gente talvez tenha falhado, a gente eu digo eu e, também, todas as pessoas que faziam parte do Fórum, que eram do NESSOP, que são do NESSOP, não vejo só eu assim.

5) *Quais as principais contribuições oriundas do movimento sócio-comunitário, para as suas ações de assessoria à mobilização do mesmo para o Fórum da Cidade?*

Simone: uma grande contribuição que o movimento, que os movimentos sócio-comunitários no Fórum da Cidade me trouxeram às ações de assessoria é a convicção do conhecimento, da sabedoria que essas pessoas tem e de como elas sabem o que elas querem. Isso é uma contribuição que reforça mais ainda essa idéia que a gente não pode ser autoritário mesmo, não pode ser o dono do mundo, não pode ser prepotente como profissional, tem que cuidar mesmo, se a gente dá condição pedagógica certa, ou seja, abertura, espaço e participação, eles se expressam, vem com tudo.

A outra contribuição é a consciência do grau de autoritarismo e centralização que eles têm também, uma contribuição até meio ruim, mas eu não tinha tanta consciência da dificuldade e do nível, assim, da cultura autoritária que tem nessas lideranças, dos jogos que eles fazem. É uma coisa já automática, não é assim uma maldade. Eu não acho que é premeditado, é automático da nossa cultura política mesmo de que é difícil dividir poder. Aí eu reclamo que estou sobrecarregada, mas é difícil soltar a rédea, e isso eu estou percebendo, assim, é uma contribuição à consciência. Eu tive esse amadurecimento porque a gente tem a tendência de quando a gente trabalha com movimento social, de idolatrar muito, porque é líder comunitário, é líder de movimento, é endeusar, e aí, quando a gente vai entrando mais em contato, vai amadurecendo mais essa consciência e vai até entendendo. Mas como é que a gente quer que eles sejam uma pessoa, um líder democrático, se ninguém tem aula de democracia, nas nossas escolas não ensinam isso, nem a Universidade ensina isso. Se a gente for coordenar um movimento, se tu pegas um universitário, ele vai ser igualzinho ou até pior, porque ele vai ter a sabedoria, o

conhecimento aliás não a sabedoria. Então a gente depois analisa tudo, assim, cai um pouco esse véu que a gente tem as vezes, de que é líder porque é líder é comunitário, então isso também é uma contribuição que eles trouxeram.

A outra são os líderes comunitários menos intelectualizados, é que eles têm muito mais chance de chegar a um trabalho de mais qualidade social. Com intelectualizado, eu quero dizer, são os que passaram por uma academia, por uma escolaridade mais avançada.

Eles têm uma compreensão mais direta das coisas, a objetividade é maior, não tem muita análise muita explicação, entendeu? E tem muito mais, tem muito mais emoção também, mais cores. Eles são muito mais diretos e aí é possível transformar porque o acadêmico e intelectual, primeiro ele se acha porque ele estudou, ele tem um poder a mais e aí ele vai pela lente, ele vai criando armadilhas, explicações. É difícil aceitar o processo de alteração, então, essa relação, eu estou percebendo isso, e aqui no Fórum eu também percebi isso, como é interessante essa relação.

Outra contribuição também que me foi dada pelos movimentos é o respeito e a consideração.

Outra questão é o retorno que eles dão para a gente do Serviço Social, o reconhecimento da importância do Serviço Social, eu ainda não tenho bem claro, qual é o grau e o nível, onde é que está, mas a gente sente que eles estão reconhecendo muito o trabalho do NESSOP, o trabalho de assessoria. É uma coisa, ao nível das entidades comunitárias, então, isso também é um retorno positivo para a gente, que estamos fazendo uma ação e tendo um retorno positivo.

6) Em sua opinião é possível identificar três pontos que permitam visibilizar avanços na política de mobilização social no movimento sócio-comunitário?

Simone: um ponto que eu vejo que é importante é que o Fórum da Cidade assuma, isso tem que ser feito em uma discussão, em talvez até mais que uma reunião, que ele é o sujeito da sua mobilização. Isso é importantíssimo, que ele se veja como um movimento, que precisa fortalecer a sua base, a ele próprio que é o movimento, então, acho que primeiro é isso, ele ter a consciência e assumir esse compromisso, se responsabilizar pela mobilização, pela sua própria mobilização, vindo, tendo a vontade, tendo a opção, aí vem, eu acho, e que é uma outra questão, é ele ter conhecimento dessa base, quem são e onde estão, como é que esse movimento pode chegar a tocar nesses grupos para chamar eles, para estar em relação sempre, e isso o NESSOP já tem ali, tenta deixar, um banco de dados, o acesso, está tudo já em programas com etiqueta, para correspondência, telefonemas. O telefone está ali, com linha aberta, só não pode ligar para celular. É manter uma base informacional mínima, um banco de dados mínimo para ter essa relação, isso seria uma outra condição.

E a outra, construir canais ou espaço participativos que alimentem essa relação do Fórum com o movimento. Encontros periódicos por região, alguns tipos de eventos permanentes que façam a sustentação dessa mobilização.

Então, acho que é isso, se tiver a vontade, se tiver o mínimo de informações e se tiver um planejamento de ações, eu acho que a coisa anda, não é?

3.2 Assistente Social Ana Luiza

1) Como você pensa as ações de assessoria à mobilização sócio-comunitária para o Fórum da Cidade, como fomento à transformação social na Cidade?

Ana Luiza: a assessoria do NESSOP é de extrema importância para os movimentos sociais, na medida em que ele é um espaço da Academia, um espaço de extensão, onde os alunos podem se envolver neste espaço, participar do que está acontecendo na realidade social da cidade, se envolver com esses movimentos teoricamente e praticamente, acumulando esse conhecimento ao prestar essa assessoria. O NESSOP tem uma tradição já dentro do Departamento de Serviço Social, prestando essa assessoria às diversas comunidades. Ele vem contribuindo imensamente para as comunidades, primeiramente, terem conhecimento de si próprias, através dos diversos projetos que o NESSOP tem desenvolvido, contribuindo imensamente para que as comunidades tenham um autoconhecimento de sua própria realidade. Quando o NESSOP tem a possibilidade de encaminhar muitas de suas lutas junto com elas para que elas possam sair de situações de determinados conflitos, então, os projetos do NESSOP de assessoria às comunidades são na verdade motivos de transformações sociais junto a essas comunidades.

2) Em sua opinião, quais as atribuições e instrumentos profissionais do Assistente Social que mais possibilitam avanços na mobilização do movimento sócio-comunitário?

Ana Luiza: o Assistente Social, em primeiro lugar, quando participa dos movimentos sociais ele tem alguma coisa em mente, interessa a ele e, ele deve ter um posicionamento ideológico de estar envolvido nesta luta. Ele não está ou ele não se soma ao movimento social sem ter uma perspectiva maior de luta ou de transformação dentro de uma cidade. Nisso aí, ele vai estar desenvolvendo essa atividade junto aos movimentos a partir de todo os seus conhecimentos, do que ele traz de carga teórica, de conhecimento, do

que ele faz de prática de militância de luta, em função de poder estar somando o seu conhecimento junto aos movimentos populares.

E como é que ele soma esse conhecimento? A partir do que ele já tem de conhecimento do que ele estuda sobre movimentos sociais, de conhecimento que ele tem das lutas, de como é que ele se engajou nessa luta enquanto profissional e enquanto pessoa. Eu não faço essa distinção porque você enquanto profissional, você como militante ou você como um ser político da sociedade você tem a sua visão de mundo e do que está em jogo, tem a sua visão em função da sociedade que você vive, a quem você está servindo, para que você está participando, com quem você está participando. Então isso é muito importante. Você entender que essa luta que você está travando junto com o movimento social exige uma postura ético-política, exige de você algumas habilidades sim: de você saber trabalhar em grupos, com grandes assembleias de moradores por exemplo, saber falar em público, saber escrever um projeto. Isto faz parte das habilidades e competência que você aprende durante o Curso e que você vai desenvolver nesse momento.

A principal habilidade que você pode estar desenvolvendo é você ter uma consciência crítica, política, de que você vai estar trocando com as pessoas que participam deste movimento em função de uma luta específica dentro da sociedade.

3) Na sua opinião, qual a importância do NESSOP como membro do Fórum da Cidade ao considerar suas ações de assessoria à mobilização do movimento sócio-comunitário?

Ana Luiza: a importância do NESSOP no Fórum da Cidade vem sendo significativa no sentido de que ele vem contribuindo com toda uma estrutura, uma estrutura de assessoria mesmo, em termos de uma discussão que pode se formar dentro do Fórum,

ele é mais um sujeito dos sujeitos coletivos que participam do Fórum. Ele traz a carga da Academia, ele traz a carga de conhecimento dessa Academia. O que hoje o Serviço Social pensa, reflete sobre os movimentos sociais. O NESSOP é um núcleo de reflexão sobre os movimentos sociais e nisso ele vem contribuindo imensamente com o Fórum da Cidade.

Por sua vez, o NESSOP fazendo essa contribuição, colocando alunos bolsistas de extensão, que acumulam também conhecimentos como estagiários, participando do Fórum da Cidade pode somar muito mais à sua visão do que significa participar de um movimento social. Ele contribui imensamente, através destes alunos, para que eles possam dar na infra um apoio ao Fórum da Cidade, se envolvendo nas questões do Fórum e, nesse processo, aprender o que significa fazer movimento social, fazer um movimento dentro da cidade de Florianópolis.

4) *Quais as principais dificuldades encontradas para o desempenho das suas ações de assessoria na mobilização do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade?*

Ana Luiza: as diversas entidades estão juntas no Fórum da Cidade para refletirem, canalizarem, pensarem como travar as lutar maiores da cidade e, seu espaço é o Fórum da Cidade.

O Fórum é um espaço aberto, onde se reúnem os mais diversos atores da sociedade, sejam intelectuais, professores, entidade comunitárias ou diversos outros tipos de entidades que se juntam para formular um projeto que se desenvolve através de várias ações. E, as ações das entidades sócio-comunitárias, digamos que as ações locais: entidades sócio-comunitárias dos Ingleses, do Sul da Ilha, do Continente, do Maciço do

Morro da Cruz, seja qual for o bairro, realizam suas atividades locais. Elas se acumulam de experiências e de saberes locais que são trocadas no Fórum da Cidade.

Quando o Fórum realizou o II Fórum da Cidade estavam todas as entidades ali, representadas, trazendo suas bandeiras de luta, entendendo esse processo maior de luta que está sendo travado na Cidade, não perdendo de vista a sua especificidade, seja a luta pela água, a luta pelo esgoto em alguma comunidade, essa luta é válida é importantíssima a nível local. Mas, o aprendizado dessas entidades sócio-comunitárias está crescendo imensamente quando elas conseguirem sair do local e, conseguirem que exista uma coisa mais global, mais geral na Cidade que está se travando uma luta, a luta dela é igual a luta delas dentro da sociedade. E, existem pessoas que estão lutando para transformar essas situações de desigualdades, de contradições dentro da Cidade, tentando transformar essas contradições, fazendo uma coisa mais justa para essa Cidade, mais equilibrada. Fazendo com que exista transparência do poder público. O Fórum da Cidade luta por uma gestão democrática, o que, hoje, não existe no poder atual. O poder executivo hoje é um poder totalmente fechado, não é transparente, haja visto a I Conferência das Cidades. A Prefeitura como um todo fechou as portas literalmente, para que só participassem as pessoas que eles permitiam se inscrever. Quando o Fórum consegue dar esse salto, mostrar que a Conferência da Cidade é uma questão pública que deveria ser aberta a toda a Cidade conseguiu com que fosse anulada a Conferência oficial e se fizesse uma nova Conferência na cidade, isso foi um salto muito grande.

Essas ações comuns, de todas as entidades em conjunto, fazendo uma luta conjunta, ela contribui imensamente para o Fórum da Cidade como um movimento, hoje reconhecido da cidade.

Quando um determinado vereador, na última tribuna, desqualificou a UFECO e o Fórum da Cidade é porque, no fundo, ele está reconhecendo essa duas entidades como entidade que hoje tem uma visibilidade muito grande de luta e que está incomodando.

Quando, por exemplo, o movimento Campeche, todos os movimentos da Região do Campeche se juntaram, se mobilizaram para não permitir que se fosse aprovado o projeto da construção da Via Expressa Sul, que iria destruir não só a natureza, mas como ter um acúmulo de densidade demográfica naquela região, o que vai trazer um caos para aquela região como aumentar a escala de números de pessoas daquela região, atrapalhar a vida dos moradores que já estão ali, em função do congestionamento das vias das rodovias, do comércio, da falta de água e esgoto, que já não dá para quem mora, ainda mais acumular mais ainda. Este movimento conseguiu barrar isso e foi uma coisa extremamente importante o que aconteceu.

No momento da audiência pública, eu não me lembro bem qual foi o tipo de instrumento, se foi a audiência pública na Câmara de Vereadores, conseguiu somar com um número imenso de outros atores de outras localidades da cidade, que estavam ali presentes para travar essa luta que correspondia ao Campeche como um todo. Então, foi a soma de todos os atores do Fórum da Cidade. Foi importantíssimo que naquele momento se somasse mais de 200 pessoas, que conseguiram barrar esse projeto.

Então, se mostrou a importância quando um ator se junta a outros, como vários sujeitos. Se formar um sujeito coletivo de luta consegue muito mais do que ficar numa luta sozinho, esse é um exemplo.

Outro é na questão do pedágio na SC 405, que foi suspenso. Conseguiu-se essa luta no sábado passado, estávamos lá festejando. Conseguiu-se suspender o pagamento desse pedágio. Então, foi uma luta que várias entidades comunitárias juntas, não só do

Norte da Ilha como de outras regiões, sindicatos, ONGs, outros sujeitos, somaram e conseguiram travar, fazer com que esse projeto na 405 fosse derrubado.

A questão do Sapiens Park, se não se ganhar essa luta, porque foi feito da noite pro dia a sua aprovação na câmara, mais o movimento está atento para que se consiga barrar isso. Hoje, um campo de golfe nos Ingleses (...); é privado, mas estão tentando montar um teleférico que vai ligá-lo ao Costão do Santinho, o que significa isso na relação público e privado? Se vai construir um campo de golfe num campo privado, mas a questão é de ocupar um espaço aéreo que é público para servir a questões privadas, e, isso é muito claríssimo. Nós das diversas entidades comunitárias, todos nós militantes do Fórum vamos tentar barrar esse projeto, mais um exemplo também.

5) Em sua opinião é possível identificar três pontos que permitam visibilizar avanços na política de mobilização social no movimento sócio-comunitário?

Ana Luiza: o que se tem de dificuldade. O próprio Fórum da Cidade luta muito contra essas dificuldades. Todos nós que estamos participando como militantes, como professor, como assessores, como consultores, desempenhando diversos papéis, sentimos dificuldades de infra-estrutura e de recursos financeiros para poder caminhar muito mais com a luta; de recursos humanos, de profissionais das diversas áreas. Quando nós temos alguma luta que tem que ser travada num âmbito jurídico temos pouquíssimos advogados empenhados na luta social, como também outros profissionais. Eu cito o advogado porque tem uma importância enorme nessa questão do envolvimento, porque, geralmente, toda a questão de luta do Fórum da Cidade se desenvolve sempre na questão de projetos de lei, então, são conhecimentos que nem nós Assistentes Sociais, muitos outros do Fórum da Cidade e das entidades sócio-comunitárias não tem capacitação para esse tipo de conteúdo,

que é necessário para você levar adiante uma luta em termos de lei dentro da assembleia, da câmara, encaminhar alguns projetos. Então é necessário ter uma assessoria jurídica e, nós não temos recursos financeiros para estar pagando estes profissionais.

Nós todos quando damos horas e horas extras para o Fórum da Cidade é porque estamos ali com um compromisso ideológico, compromisso político de militância para poder fazer isso acontecer, porque a gente acredita que só assim a gente muda e transforma as coisas na sociedade. Se não for por isso, a gente não teria fôlego para estar participando destes movimentos, porque muitas vezes estamos utilizando nosso horário ou correndo com o horário de trabalho ou pós-trabalho. A gente deixa de fazer outra coisa que poderia estar contribuindo também em nossos trabalhos particulares, mas a gente está ali se identificando e, como é que é visto isso? Então, quero dizer que o Fórum é um espaço não institucionalizado, ele não está burocratizado, ele não tem estatuto próprio, não tem sede própria e, a gente acha que é por aí mesmo, um espaço muito mais livre, muito mais informal, de reunião das pessoas. Mas, as dificuldades que a gente sente como muito grandes é que essas pessoas, por vezes, vão e voltam. Acaba que fica apenas o NESSOP levando essa questão toda e outras pessoas que aparecem de vez em quando e que voltam depois sem ter um compromisso constante e sistemático. É preciso respeitar o ritmo de cada um, mas isto não deixa de ser contado como uma dificuldade para o Fórum, porque na verdade não está existindo uma constância de pessoas que encaminham esses diversos projetos e, da mesma maneira, acontece nas entidades sócio-comunitárias.

A gente houve muito da parte deles as grandes limitações que eles sofrem, as pessoas não tem dinheiro para essas entidades se manterem, falta dinheiro para pagar a água e a luz das pequenas sedes. Quando tem sede, eles fazem festas, bingos para conseguirem manter a estrutura deles. Quando essa gente tem que se locomover, participar de uma passeata, de uma tribuna livre, audiência pública, eles têm gastado com transporte.

Por exemplo, querem trazer 300 pessoas, imagine o gasto que é isso; as pessoas estão desempregadas, como vão pagar o ônibus para chegar até aqui, até a assembléia ou a câmara, seja qual for o espaço de luta. Então, tudo isso tem que se levar em consideração.

3.3 Assistente Social Zulamar Castro

1) Como você pensa as ações de assessoria à mobilização sócio-comunitária para o Fórum da Cidade, como fomento à transformação na Cidade?

Zulamar: essa pergunta requer um olhar sobre o Fórum da Cidade e para as políticas urbanas. Diante disso, eu diria que as associações de moradores, sujeitos do movimento sócio-comunitário de Florianópolis, vem conquistando um crescente significado em relação ao debate público sobre a cidade, o que também vive as cidades brasileiras no contexto atual capitalista. Por outro lado o movimento sócio-comunitário vai assumindo as roupagens de um movimento sócio-urbano com caráter político, como agente de transformação da cidade, tendo como base social os grupos populares organizados. Este movimento tem como horizonte a qualidade de vida na cidade, as políticas públicas urbanas e as lutas referentes a precariedade das condições de vida urbana.

A gente diria que as lutas de políticas ativas e propositivas que potencializam as diferentes formas de ação coletiva dos movimentos são fundadas na ativação de direitos e deveres do cidadão, na modernização da situação da população e na democratização das relações do poder público municipal e sociedade civil. As demandas sociais se pautam no agravamento das desigualdades e, acontece um processo decisório centralizador em que a

opinião pública não tem espaço ou tem espaço reduzido na tomada de decisões. Diante destas colocações, consideramos que as ações de assessoria à mobilizações dos sujeitos do movimento sócio-comunitário são de fundamental importância para Fórum da Cidade por ser este um espaço de debate destes sujeitos.

Foi no âmbito do movimento sócio-comunitário, assessorado pela UFSC /Departamento de Serviço Social/NESSOP, que se consolidou o Fórum da Cidade, mais especialmente no evento “A cidade que queremos, um olhar dos sujeitos das organizações sócio comunitária de Florianópolis”.

Sujeitos da criação do Fórum da Cidade, as organizações sócio-comunitárias saltam em direção as políticas urbanas, ao estarem propondo a criação do Fórum da Cidade. A seguir, com a assessoria da UFSC/Departamento de Serviço Social/NESSOP, dos Cursos de Sociologia e Arquitetura, com o apoio de outros órgãos da UFSC (Central de Apoio de Eventos, Imprensa Universitária), pautados na autonomia do movimento sócio-comunitário, o Fórum da Cidade mobiliza os sujeitos da cidade para a realização do I e II Fórum da Cidade, dos encontros regionais, que como plenárias regionais vem traçando a direção das ações e deliberações para o Fórum da Cidade.

Assim, as assessorias sustentaram a mobilização na construção do Fórum, fomentando a transformação da cidade, enquanto construção de redes de entidades comunitárias, planificação de relações entre elas e participação da sociedade civil em debates sobre as políticas públicas urbanas.

2) Em sua opinião, quais as atribuições e instrumentos profissionais do Assistente Social que mais possibilitam avanços na mobilização do movimento sócio-comunitário.

Zulamar: o Serviço Social se pauta no conhecimento da realidade, na compreensão e interpretação do movimento sócio-comunitário e, assessora, através de um processo participativo, a qualificação deste movimento na direção da política sócio-urbana, para constituir-se em um sujeito coletivo de transformação da cidade.

São demandas do Assistente Social realizar assessoria a processos administrativos e organizativos do Fórum da Cidade, assessorar a mobilização do movimento sócio-comunitário na direção das políticas urbanas e na organização de eventos tais como fóruns e plenárias deliberativas do movimento sócio-comunitário em relação ao movimento da cidade.

Alguns instrumentos: entrevistas, reuniões, elaboração de cadastros, formulações de projetos das necessidades sócio urbanas, planejamento, comunicação e, sobre tudo, realizar pesquisa na interdisciplinaridade sobre a realidade da cidade e para o conhecimento da compreensão dos sujeitos do movimento sócio-comunitário, o que é um desafio.

3) Na sua opinião, qual a importância do NESSOP, como membro do Fórum da Cidade, ao considerar suas ações de assessoria à mobilização do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade?

Zulamar: o NESSOP tem como agenda assessorar o movimento sócio-comunitário pautado na participação e autonomia do movimento. Desde 1990, com a criação do Núcleo, que se fez paralela a uma reformulação no currículo de Serviço Social que tirou algumas disciplinas que particularizavam e davam ênfase a uma formação do Assistente Social junto a demandas de setores da sociedade civil organizada, em especial, as organizações de bairros e ambientais.

E, também, a criação do Núcleo foi paralela a um momento em que havia um desmonte das políticas públicas chamadas de desenvolvimento de comunidade e das políticas que colocavam o Estado nas relações comunitárias ou a serviço das associações comunitárias. Havia, neste contexto, assistentes sociais como assessores desses sujeitos e dos movimentos que eles realizavam.

Depois do desmonte das organizações que sustentavam as políticas públicas relacionadas ao movimento comunitário, as alterações do currículo, que também davam uma ênfase menor aos trabalhos com as populações o NESSOP vem com uma intenção de se fazer enquanto Universidade, um Núcleo de assessoria ao movimento sócio-comunitário, atendendo o movimento a partir de suas demandas trazidas ao NESSOP.

As demandas chegaram e, nesta direção, o NESSOP tem uma significativa trajetória, a qual consideramos que merece ser sistematizada através de pesquisa, dada a importância dos passos dados em mais de uma década.

Um dos projetos do NESSOP foi o *Experiências em Cena*, construído para revitalizar e qualificar o movimento, considerando a ausência de profissionais que prestavam assessoria a essa qualificação. Um instrumento que o NESSOP achou viável para prestar assessoria de forma produtiva foi criar um espaço, na UFSC, de debate das experiências comunitárias, as quais seriam trazidas pelos próprios sujeitos, pelas lideranças que constituíam as associações de moradores. A socialização das experiências traria um multiplicador, pois eram debatidas e avaliadas para contribuir com essa revitalização.

No terceiro evento do *Experiências em Cena* entidades comunitárias que já haviam avançado no âmbito regional para as questões urbanas realizaram um debate. Algumas discussões foram até para a discussão de planos diretores no âmbito regional e também no plano diretor da cidade que estava vigente. No debate sobre as questões da cidade foi proposto e deliberado realizar um evento chamado de Novo Fórum da Cidade.

Na oportunidade o NESSOP constituiu, a partir da participação das lideranças presentes, um grupo de trabalho que avançou até a realização do evento, o Fórum da Cidade.

O debate sobre a cidade foi realizado, particularmente, pelas associações de moradores e por outras entidades vinculadas na discussão. Sobretudo porque são as associações de moradores que, na base local, se preocupam com as questões urbanas.

Neste fórum determinou-se a criação de um Fórum permanente. O NESSOP continuou na assessoria, na relação interdisciplinar, na organização do Fórum da Cidade.

Este nosso relato coloca, não por completo, a importância que o NESSOP teve enquanto assessoria na mobilização do movimento sócio-comunitário, a qual aconteceu sempre que possível com a participação do movimento. Basta realçar que para seguir enquanto assessoria nesse processo de mobilização e, para participar como sujeito do Fórum da Cidade, o NESSOP criou cadastros para as entidades comunitárias, realizou encontros regionais das associações para identificar e trazer para os campos maiores as prioridades de caráter urbano. Ainda, participou da organização e mobilização das associações para o I e II eventos do Fórum da Cidade, os quais se constituíram de plenárias e referendaram a direção política do Fórum.

Podemos dizer que o NESSOP vem assessorando as lideranças para esses eventos, para a criação e o fortalecimento de redes nestas associações comunitárias e em outros grupos da sociedade, que sustentam um salto que eu considero qualitativo, o da passagem da visão da ação e do planejamento dessas comunidades, da questão política do âmbito local para um âmbito regional e municipal. Estes sujeitos estão passando de uma visão micro em relação a questão urbana para uma visão macro. Também, esta assessoria traz uma compreensão que é uma tentativa de intervenção, a de que estas redes se fortaleçam e qualifiquem suas relações como sociedade civil para prepararem a construção e manutenção de políticas urbanas de acordo com o Estatuto da Cidade. Aqui tem dois

pontos fundamentais: o Conselho de Desenvolvimento Urbano e a elaboração de um plano global, o plano diretor.

Este processo de democratização das relações é essencial para que um Conselho de Desenvolvimento possa gerir a política urbana de forma participativa e democrática. Sem este processo, que eu entendo como pedagógico, a gente sabe que não vai haver possibilidade deste Conselho se constituir nessa natureza sócio-política e participativa-democrática.

4) Na sua opinião é possível identificar três pontos que permitam visualizar avanços na construção de uma política de mobilização social do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade?

Zulamar: eu vejo que os avanços na construção de uma política de mobilização sócio-comunitária para o Fórum da Cidade se explicitam nesses na minha fala anterior. Eu acrescentaria que a construção da política urbana e da política de mobilização social do movimento sócio-comunitário vai se concretizando através de três pontos: a passagem de uma visão micro, ou seja, transpor o olhar sobre a política e as ações de qualidade de vida local para uma visão municipal e regional mais ampla, isso é uma questão de consciência. Outra questão é a construção de redes nestas associações e grupos similares. Estas constituem bases operacionais de desenvolvimento na direção do encontro (...). O terceiro ponto é a questão da democratização das relações. Acho que já foi construído muito tanto em relação à contribuição da assessoria ao movimento quanto por parte do movimento. A gente percebe claramente que está havendo um novo nas associações de moradores, um novo nos encontros regionais e é realmente aí que as coisas estão se construindo, ou seja, as associações estão fazendo debates umas com as outras, estão vendo que as prioridades

de uma comunidade se encontram com as de outra e que a construção de relações é um enriquecimento da democratização das relações da sociedade civil. Eu acho que esta conquista, que está em seus primeiros passos, se ela continuar, ela é muito significativa para se pensar uma cidade com conselho de desenvolvimento urbano participativo, porque é pedagogicamente através deste processo que o sujeitos das relações comunitárias e outros da sociedade civil irão preparados para a gestão participativa e democrática desta cidade.

5) *Quais as principais contribuições oriundas do movimento sócio-comunitário, para as suas ações de assessoria à mobilização do mesmo para o Fórum da Cidade?*

Zulamar: a gente percebe nessa questão da assessoria que o movimento sócio-comunitário traz uma contribuição fundamental ao Fórum da Cidade. Trata-se de uma realidade que é nossa. Os espaços da cidade estão cobertos por associações de moradores.

O Fórum é um ápice deste movimento. O movimento construiu o Fórum. O Fórum constrói o movimento. E, foi em função destas associações que surgiu o Fórum. Ele precisava surgir. Essas associações ocupam espaços públicos, se encontram para construir a cidade, então, essa é a contribuição do movimento para o Fórum. Quando a gente fala em movimento, a gente não fala só em associação de moradores, se bem que eu acho que elas são importantes porque elas estão ali na realidade, elas sofrem e sabem o que o morro, a favela, o bairro rico necessita. Elas têm a visão disso. O movimento é essencial para a existência do Fórum. Se perder essa linha o Fórum deixa de ser o Fórum que foi criado não só com as associações, mas com esses grupos ligados a educação, ao lazer, todos esses que são parte da rede dos sujeitos populares da sociedade civil. Eles tem a possibilidade de se articularem e tecerem a cidade através dessa relação com o Fórum.

Outra questão que o movimento está contribuindo é o conhecimento da realidade local e global. Eu acho que esse conhecimento da realidade não é fácil e é complexo o projeto de assessoria neste processo. O movimento trás uma contribuição para a assessoria na medida em que ele em si é a realidade que tem que ser conhecida. Este esforço é um momento da metodologia da intervenção do Assistente Social. Tanto o conhecimento desse processo de nucleação, de identificar todos esses núcleos populares que interagem na cidade quanto a compreensão da realidade mais ampla. Na medida em que o Assistente Social vai intervir ele recebe de volta uma contribuição que é um desafio que serve para ele continuar.

As contradições do movimento são contradições políticas, ideológicas. São contradições de postura política, da direita ou da esquerda, progressista ou conservadora, as descrenças. Será mesmo que a comunidade organizada, a sociedade civil pode fazer frente ao poder público para poder construir uma outra cidade? Fazer frente no sentido de uma concepção de qualidade de vida que não vá ao encontro da proposta capitalista da cidade. No nosso caso, a questão do turismo que segundo os dirigentes é o mais importante agora. Isto é uma visão capitalista, pois é dinheiro que entra.

Para tanto, que estudos a academia faz, isso incluindo o Serviço Social, num sentido mais abrangente e até internacional? Qual é a Cidade que realmente a gente quer? Como deve ser essa cidade para que ela oportunize trabalho, desenvolvimento auto-sustentável, a excelência da vida humana e, ao mesmo tempo, que ela saia desse esquema de quanto mais dinheiro melhor. Então, essa é uma questão e uma contribuição, pois o movimento trás condições de uma outra possibilidade de cidade.

4 ALGUMAS PONTUAÇÕES A PARTIR DA FALA DAS ASSISTENTES SOCIAIS

Para este estudo, os instrumentos teórico-metodológicos utilizados pelos Assistentes Sociais são compreendidos como fruto das experiências profissionais junto aos Movimentos Sociais.

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa buscamos analisar o trabalho de assessoria do Serviço Social junto aos movimentos sócio-comunitários no âmbito das ações desenvolvidas pelo NESSOP, mais especificamente junto ao Fórum da Cidade. Buscamos compreender as perspectivas do trabalho profissional e, os resultados obtidos como contribuição para mobilização da atividade participativa popular.

A assessoria parte de um contexto institucional fundamental, a Universidade Pública de um país que necessita de ações urgentes na educação formal e informal para que a sociedade avance na conquista dos ideais de uma cultura política cidadã, emancipada, democrática e participativa. Daí, ser fundamental a relação ensino extensão oportunizada pelo projeto de mobilização.

Cada um dos depoimentos traz fortes sinais para um necessário aprofundamento de concepções como: relação sujeito-objeto, intelectual orgânico (Gramsci), educando-educador (Paulo Freire), saber militante (Boaventura S. Santos), consciência de classe em si (Marx). Percebemos que há diferentes posicionamentos nas entrevistas e, a luz das contribuições destes autores inaugurar um fértil debate sobre o projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo do Serviço Social na relação com os Movimentos Sociais.

Antes de qualquer análise é relevante observar em qualquer ação do Assistente Social o caráter de educador social. Pensando em qualquer instrumento que busque a transformação social ou a justiça social no âmbito macro de suas expressões é coerente perceber o fundamental fosso que separa as ações com vistas à emancipação do sujeito. O fosso são as práticas paternalistas ou clientelistas que podem estar intrínsecas nas ações de profissionais junto aos movimentos sociais ou os propriamente chamados pseudomilitantes, os quais vêm, às vezes, nos movimentos um trampolim eleitoral.

Busco com o parágrafo acima a compreensão da importância do compromisso ético-político do Assistente Social com o movimento em que ele está inserido. Penso, ainda, que basta termos em nossas práticas o respeito e o cumprimento do nosso Código de Ética.

Iamamoto (2003) nos diz que

o Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na *cotidianidade do trabalho*, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social (IAMAMOTO (2003, P.77).

Pelo nosso Código de Ética assumimos a defesa intransigente dos direitos humanos e em contra partida recusamos todas as formas de autoritarismo e arbítrio, e, a parceria inseparável sobre todos os aspectos com a liberdade. Para que seja possível o exercício pleno de nossa profissão é preciso fincar a construção da prática profissional voltada para a defesa e exaltação da democracia social como princípio máximo de condição digna para exercermos nosso trabalho.

Para tanto, Iamamoto (2003) nos coloca sobre a necessidade de um profissional informado, culto, crítico e competente. Acrescento aqui algo que acredito que é o compromisso real com a justiça social, onde o Assistente Social é também um vigilante da justiça social e fomentador da transformação social.

Para discutirmos nossa prática, penso em navegarmos também em um outro campo, o pedagógico. Na belíssima obra “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire buscamos a clareza das ações voltadas ao sonho, a utopia e às expectativas quanto aos nossos desejos.

Nas ações que visam à construção da transformação social percebemos em Paulo Freire um pensamento e uma luta que devem permear nossas ações junto aos movimentos. É clara a necessidade de percebermos que o homem é sujeito e não apenas objeto da História, e tem o direito de assim o ser e não como é a elite dominante ao reproduzir discursos intelectualizados sobre o sistema econômico e político que exclui as massas populares.

Porém, é mais claro o papel do Assistente Social como fomentador de um espírito de participação nas camadas populares. A própria democracia tão mais citada, hoje em dia, através do discurso da política de gestão democrática deve ser construída e não apenas dada. A própria história nos mostra que no caso da Libertação dos Escravos se ao invés da liberdade ter sido dada ela fosse construída junto com os mesmos o impacto negativo não seria tão imenso quanto o foi.

Na entrevista com a Assistente Social Simone fica explícita a importância da construção da participação quando diz que não existe *escola de democracia*. É visível em muitos movimentos práticas autoritárias. Muitas vezes elas são inconscientes, acontecem em decorrência dos lamentáveis exemplos que muitos tiveram ou, ainda, devido a falta de participação popular, o que muitas vezes faz com que os líderes tenham que tocar o movimento quase que sozinhos. Esta é uma tarefa do Assistente Social junto aos movimentos, no âmbito da assessoria, assumindo-se como educador social para a construção da participação popular.

Paulo Freire (2000, p.126) coloca que:

sublinha-se ainda que a inteligência da História como possibilidade implica reconhecer ou constatar a importância da consciência no processo de conhecer, de intervir no mundo (...) Não é possível educar para a democracia, para a liberdade, para a responsabilidade ética na perspectiva de uma concepção determinista da História.

A história está em constante movimento. Não está definitivamente construída e, este é o primeiro pensamento que deve permear as ações de assessoria aos movimentos sociais. Deve-se olhar a sociedade civil na perspectiva do movimento constante de busca do poder, tendo em suas organizações a perspectiva marxista de luta contra a dominação. Não se deve olhá-la como determinada ou imóvel, separada em setores como colocam estudiosos norte-americanos.

Nesse sentido, a mobilização popular é processo fundamental para o êxito de um Movimento. E, a mobilização aparece como um instrumento a ser utilizado pelo Serviço Social. Sem mobilização não há movimento e sem conscientização não há mobilização.

Notem como o movimento tem um processo contínuo. Segui-lo passo a passo é quase que regra para poder construir o movimento.

Por isso, o papel e o caráter educador do Assistente Social no bojo dos Movimentos Sociais precisa ser num sentido tático de luta, como propõe Marlene Ribeiro, com “aqueles que sofrem situações de exploração, discriminação, opressão e exclusão como sujeitos das transformações, sejam eles/elas operários, negros, índios, camponeses, mulheres...”.

No sentido de transformações é preciso ter também noção sobre Política. Não se pode deixar no vazio a discussão acerca dos conflitos existentes entre os Movimentos

Sociais e o Estado, sendo o campo político um espaço onde o Estado e os Movimentos podem se negar e partir para um conflito na busca de conquistas de direitos e de possibilidades de poder.

Historicamente, os interesses sociais não se constituíram no país por meio de sua representação pública em um espaço político, eles foram organizados pelo próprio Estado que passou a desempenhar o papel de fundador dos próprios atores sociais (DINIZ, 1992, p.37).

Um bom trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais deve ser imbuído de ações que politizem a sociedade. Assim, se faz necessário romper com os padrões elitistas que tentam impor a alienação da sociedade através da miséria cultural, social e econômica, impedindo a própria concretização de uma revolução. Esta tem sido a arma da elite burguesa durante décadas.

As associações comunitárias, ONG's e outros movimentos privilegiam espaços onde os direitos humanos e o respeito a vida humana estão construindo novas relações sociais. Um espaço participativo e democrático, na perspectiva de assessoria as populações discriminadas ou exploradas que começam a reivindicar seus direitos como cidadãs e detentoras de direitos.

A participação de profissionais que tenham em seus atributos práticos e teóricos o respeito ao Ser-Humano, o compromisso ético e político leva ao Movimento uma qualidade imprescindível para que suas ações tenham as respostas positivas tão esperadas. Afinal, não basta apenas ter a vontade de construir e transformar é necessário ter os instrumentos para que essas ações não fiquem no vazio e não acabem morrendo bem antes que conseguir atingir o seu objetivo.

A Assistente Social Simone relata o quanto é importante a prática de dinâmicas que construam a participação e a coletividade. Para isso, o profissional de Serviço Social

tem que ter um conhecimento maior sobre grupos, para que possa estar atuando nos movimentos. Num grupo, um trabalho que construa um bom relacionamento interpessoal é fundamental para a sobrevivência deste grupo. Em se tratando de um grupo de pessoas que em algum momento tiveram seus direitos violados é mais delicado, pois estamos tratando de pessoas em condições especiais, onde a auto-estima foi prejudicada. A possibilidade de dissolução desse grupo é constante, ainda mais quando se trata de conquistas que podem demorar anos para serem alcançadas e de conquistas que são conquistadas logo anuladas outra vez.

Assessoria aos Movimentos Sociais exige um intenso trabalho fundado no diálogo, na mediação das situações de conflito, em pesquisas que provoquem processos de ação/reflexão da conjuntura sócio-política, econômica e cultural. Também, ações rigorosamente acompanhadas, documentadas para leituras e releituras reflexivas, sustentadas pelos diversos atores envolvidos.

Existem desafios para a profissão quando se tem a sociedade civil organizada, em particular, os movimentos sociais como um dos seus espaços sócio-ocupacionais, isto é, como politizar, democratizar os saberes produzidos na relação Universidade e Sociedade? Como desconstruir as resistências nas relações de dependência e de dominação?

Historicamente, a prática profissional do Assistente Social começa a realizar uma interlocução com as ações das Políticas Públicas do Estado, com as demandas e proposições das organizações da sociedade civil, mais intensamente, a partir de 1988, logo após o processo de democratização do Brasil e com a homologação da nova Constituição.

No contexto das ações de assessoria relatadas é interessante irmos a Ruth Cardoso, quando ela separa¹ as ações dos movimentos em duas fases. A primeira traz a idéia de espontaneísmo, na qual o sentido de negação do Estado junto aos Movimentos era comum e a segunda fase acontece quando o Estado abre canais (não muito largos) de participação para a sociedade civil. Esta fase, ela chama de institucionalização, que é quando surge um grande número de ONG's voltadas aos direitos humanos, combate ao racismo, moradia.

Com o surgimento de ONG's e movimentos organizados, desta vez numa perspectiva livre, no sentido que agora eles podem atuar sem perseguição (ao menos declarada) abrem-se novos campos de atuação para o Serviço Social, exigindo do profissional instrumentos e estratégias mais apuradas para a construção da transformação com emancipação.

Observamos, no campo da aprendizagem, como relata a Assistente Social Ana Luiza, que o NESSOP vem contribuindo para os estudantes de Serviço Social ao ser um espaço onde o estudante aprende na prática, a luz das teorias discutidas em sala de aula sobre os Movimentos Sociais, aproximando mais ainda os alunos do compromisso ético e político da profissão.

Tanto para Simone quanto para Ana Luisa, para se atuar juntos aos movimentos há a necessidade do conhecimento de instrumentos essenciais como o ato de falar em público, o saber conduzir uma reunião, uma grande assembléia comunitária.

Saber compreender a realidade em suas especificidade também é essencial para a assessoria aos movimento, pois o Assistente social tem que saber trabalhar com a diversidade cultural, regional e social, respeitando a especificidade do movimento e,

¹ Ver capítulo: 1 Movimentos Sociais: Uma visão teórico-histórica.

principalmente, promovendo a emancipação do mesmo, não criando relações de dependência do Assistente Social, mas sim de interdependência.

Quando o Profissional do Serviço Social atua como assessor de um Movimento, seja ele de bairro, de luta por um direito social, combate a algum tipo de exploração ou discriminação deve ficar claro que ele deve atuar como profissional, promovendo a mobilização ou disponibilizando a instrumentalização necessária à conquista do objetivo, nunca como líder do Movimento, a menos que ele queira se abster de sua condição de assessor.

Ocorre, às vezes, a confusão ou a condição de assessor de um movimento com a de militante. Perceber empiricamente que os Assistentes Sociais que atuam com os Movimentos Sociais tem não apenas uma afinidade com o trabalho, mas compartilham da ideologia que o Movimento tem. Esta é uma linha tênue entre o assessor e o militante, mas em momento algum os Assistentes Sociais podem criar a dependência do movimento. Caso isso ocorra, ele como profissional tem mais a prejudicar do que propriamente a colaborar.

Nas ONG's e em movimentos é comum notar o fluxo de Assistentes Sociais que atuam não unicamente em uma face da questão social. É comum vermos profissionais atuando em muitas faces, como em movimentos de inserção profissional de jovens de periferia e ONG's de combate a discriminação ou em movimentos sócio-comunitários e movimentos de direitos e garantias sociais. Esta é a expressão máxima de como nossos profissionais estão aptos para trabalhar em diferentes realidades, utilizando-se de seus conhecimentos teórico-metodológico e respeitando a diversidade.

Elenaldo Celso Teixeira acrescenta que “as associações podem exercer um papel significativo no campo da construção da cultura política, na mudança de valores da sociedade, hoje, envolvida na apatia e no individualismo”.

Nesta direção, muitos profissionais do Serviço Social apontam a importância das associações para a construção de uma nova realidade. Porém, existem dificuldades neste processo. É ilusão achar que basta ter os instrumentos e a transformação social começa a acontecer.

Na fala das Assistentes Sociais do NESSOP fica evidente que há falta de uma estrutura de apoio administrativo, financeiro mínimo para construir o espaço de participação popular. A própria pobreza que assola os integrantes dos movimentos populares é um empecilho. Muitas vezes eles não tem dinheiro para ir às reuniões ou não tem horário. E, ainda, é comum, na Ilha de Florianópolis, muitas comunidades fecharem as portas no verão, época em que boa parte de seus membros vai buscar sustento na área de serviços ao turista. Assim como encontramos centenas de pessoas com um potencial enorme e que é perdido pela falta de motivação que a miséria causa no Ser-Humano.

Mas, é certo que o Assistente Social não está nessa luta sozinho. Neste sentido, é bom lembrar que como assessoria aos Movimentos somos fomentadores, não podemos criar os movimentos sozinhos, não podemos “empurrar” os movimentos. É na problematização que nossos instrumentos conquistam qualidade, seja através de reuniões, mobilização, conscientização, assembleias. O Serviço Social possui instrumentos para construir com o movimento uma cultura política cidadã. Temos nossas crenças e posturas ideológicas, mas, principalmente, temos nossa ética.

Também, nas palavras das Assistentes Sociais do NESSOP, a maior satisfação do trabalho nos movimentos vai além das conquistas, passa pelo reconhecimento que as pessoas tem sobre o trabalho do Assistente Social. Outra grande contribuição são as lições, as experiências que o movimento popular oferece. Para tanto, o Assistente Social deve estar num constante exercício de ouvir, pois as lições não vêm apenas dos livros, mas, principalmente, das pessoas.

É nesta perspectiva metodológica e ideológica que os Assistentes Sociais do NESSOP vem buscando embasar suas ações no Fórum da Cidade, visando a construção de um espaço público onde o movimento sócio-comunitário possa ter voz ativa na Cidade de Florianópolis. Onde cada movimento local tenha relações com o movimento mais amplo, lutando por seus direitos e pela garantia da qualidade de vida da Cidade no coletivo.

Porém, como foi exposto, o quadro da conjuntura política e econômica na atualidade se põem propenso a dificultar as ações profissionais do Assistente Social, assim como, algumas heranças do período autoritário, que impôs certas regras às relações de poder nos Movimentos Sociais. Nossos instrumentos de ação devem mais que nunca estar pautados na construção de um movimento democrático, autônomo e participativo.

Parece ser urgente para o NESSOP apreender criticamente suas ações de assessoria, pois as falas revelam potencial e conquistas para a construção de uma pedagogia emancipatória. Esta deve ter como base a solidariedade política e a colaboração intraclasses, bem como a mobilização, a capacitação e a assessoria ao Fórum da Cidade e ao movimento sócio-comunitário como base de sua sustentação e legitimidade.

Para tanto, percebemos a importância da assessoria do Assistente Social à mobilização do movimento sócio-comunitário para o Fórum da Cidade como política de construção de uma base organizada, comprometida com ações de transformação na **perspectiva da justiça social.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas ações devem ser antes de tudo pautadas na ética com o Ser-Humano muito antes de com nossa própria profissão, para que a gente não caia em um discurso utópico no pior dos sentidos, o sentido de estarmos fazendo Serviço Social para nós mesmos e não para quem realmente temos que trabalhar, por isso penso no respeito a diversidade e a prática humilde de ouvir, dois grandes instrumentos de um excelente profissional. O Serviço Social é a maior arma contra a opressão, contra a violação de direitos, e contra a exclusão, por tanto não podemos ter a covardia de não fazermos Serviço Social, somos Assistentes Sociais e devemos agir incondicionalmente como tal.

Carlos Raulino

Nosso trabalho, na atualidade, vem sofrendo modificações em virtude da conjuntura política e econômica, onde as mudanças no Mercado de Trabalho vem desafiar o Assistente Social. O próprio enxugamento do Estado vem repercutir diretamente em nosso trabalho, pois é com o Estado que travamos nossas lutas pelas garantias dos direitos. Este é nosso campo de luta pela melhoria da condição de vida.

Estas novas condições impõem ao Serviço Social a necessidade de novas estratégias e táticas de luta, bem como a utilização de técnicas a favor do objetivo de nosso trabalho profissional. E, é nas organizações da sociedade civil, ONG's, movimentos sócio-comunitários que o Assistente Social desenvolve suas ações sem perder a sua direção social.

Nosso trabalho não pode ser prioridade do Mercado, como faz a lógica neoliberal com as demais profissões. Se pensamos o mundo através da distribuição das riquezas, com justiça social, impedindo e combatendo qualquer forma de discriminação, exclusão ou algum tipo de ação que venha a prejudicar o ser humano é primordial que pensemos nossa profissão como algo além da mão-de-obra. Somos *mão-da-transformação* e, transformação esta que em muitos casos não interessa a nossos empregadores.

Temos que estar atentos para quem estamos prestando serviço e o que propõem nossos serviços num âmbito macro. Quando exercemos nossa prática profissional gerando mudanças na sociedade devemos fazê-la visando construir uma cultura participativa e democrática caso contrário estaremos legitimando o próprio sistema que coloca as pessoas na condição de vítimas.

Nas obras de Marx vemos o trabalho como atividade fundamental do homem, assim como, a sua grande luta contra o trabalho alienado. Por isso é imprescindível conhecermos o cenário político e suas relações institucionais, a fim de estabelecermos nossa profissão como uma profissão crítica e consciente de seu papel na sociedade.

Como profissionais possuímos instrumentos específicos para exercer nossa profissão. E, sei que um bom Profissional de Serviço Social não o faz pelo simples fato de ser um profissional, mas o faz com o coração e pela paixão pela luta da garantia de direitos, combatendo qualquer violação destes direitos.

Creio não ser a toa que muitas pessoas procuram a profissão de Serviço Social e, muito menos a toa que se inserem nos Movimentos Sociais. Existe nestes profissionais uma força que os impulsiona à luta pela justiça e igualdade. Somos possuidores de valores éticos e construtores de uma nova história, não mais baseada na história escrita pelos vencedores, mas sim na história contada pelos explorados, discriminados, pelos que foram excluídos da história.

Escrevemos esta nova história, diariamente, através de nossa prática profissional, de nossa postura comprometida com a transformação, respeitando e promovendo a diversidade, combatendo incansavelmente a desigualdade, pondo fim à coerção na sociedade, promovendo a democracia e a liberdade e trabalhando para alcançarmos uma hegemonia social.

Nossa prática está acima de qualquer lógica de capital, está acima do mercado. Trabalhamos com pessoas e é por essas pessoas que nossa profissão afirma-se em um contexto contraditório como é a sociedade capitalista. O Assistente Social está comprometido com espaços de luta, de construção, se adaptando a nova realidade dos tempos, percebendo que a adaptação não pode e não deve significar conformismo nem ruptura com nossos propósitos.

Penso que somos mais que profissionais, pois as batalhas não terminam no final de nossos expedientes. Escrevemos nossa história em todos os momentos e como educadores sociais temos em nossos exemplos de vida também um instrumento. Paulo Freire, em sua última obra antes de morrer, em 1997, deixou escrito: “é preferível às vezes perder uma eleição, mas continuar fiel a princípios fundamentais e coerentes com os sonhos proclamados (FREIRE, 2000)”.

Neste sentido, vejo nas ações de assessoria do NESSOP ao movimento sócio-comunitário um instrumento de extrema relevância para a transformação social. Este trabalho deve privilegiar ações que vão ao encontro da luta pela igualdade, buscando o resgate da dignidade das pessoas que vivem diariamente o drama da exclusão, deve ter o sentido de proporcionar à sociedade um espaço onde sua participação seja vital para o movimento. Este espaço deve estar muito além de qualquer discussão acadêmica ou política, afinal, fome, miséria, discriminação, exploração tem um único sentido e este deve ser o sentido de nossas ações. Uma luta que o Assistente Social não deve em momento algum abandonar nem se alienar de tal existência.

Sugiro ao NESSOP ampliar sua “ideologia” de trabalho para os demais núcleos da universidade. Também, que se busque maiores ações no campo da elaboração de seminários sobre a importância da participação social no Brasil. Seminários voltados aos estudantes de Serviço Social, para livrar muitos da condição de alienação que se encontram

mesmo que de certa forma esta seja compreensível, pois hoje muitos se apropriam do “social” sem nem ao menos conhecê-lo. Que os estudantes possam ver de frente a realidade de sua Cidade, os mecanismos e espaços que existem para discussões e procurem engajar-se nos movimentos da luta pela justiça social.

O Assistente Social tem um papel fundamental na formação do pensamento crítico. Portanto vejo na condição de educador social um modo de ser que o Assistente Social deve cada vez mais se expressar, evitando se abster de qualquer opinião.

Vejo as colocações apresentadas aqui como mais uma importante ação para o NESSOP, sendo que o Núcleo deve participar mais diretamente na questão da formação profissional, levando os estudantes a se envolverem mais efetivamente nas discussões que ocorrem no movimento social, para que eles encontrem espaços de exercício e discussão da ética e do compromisso com as questões sociais na relação extensão, ensino e pesquisa.

O compromisso é a legitimidade de nossas ações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 273/93 de 13 de março de 1993. Código de Ética Profissional do Assistente Social. In: **Coletânea de leis**. 2ª ed. Santa Catarina: CRESS, 2001, pp. 11-26.

CARDOSO, Michelly Nezilda. **Relatório de Estágio Curricular Obrigatório**. Florianópolis, 2002. 44p. (7ª fase de Serviço Social).

CARDOSO, Ruth. A trajetória dos Movimentos Sociais. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASTORIADES, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985 258p.

CARTA DE ATENAS. **Congresso Internacional de Arquitetura Moderna**, 1933. Disponível em: www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/atenas-33.htm

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA - CECCA. **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular; CECCA, 1997. 248p.

COSTELLA, Margari de Lurdes. **A mobilização no planejamento estratégico participativo municipal**. (Dissertação de Mestrado em Administração - Políticas e Planejamento Governamental. Florianópolis). UFSC, Florianópolis. 1998. 152p.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 279-301.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: Noções de política social participativa. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996. 176p.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJÓS. Disponível em: www2.ibama.gov.br/unidades/carijos/indexabertura.htm

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Aonde nos levam as diretrizes curriculares?**. In: *Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. V. 1, n. 2 (jul/dez. 2000). Brasília: ABEPSS, Valci, 2000.

FANTIN, Maristela. **Construindo cidadania e dignidade**. Florianópolis: Insular, 1997. 280p.

FLORIANÓPOLIS. Guia Digital Floripa. **Mapa geral do Município de Florianópolis**. Florianópolis: 1997. 1 mapa.

FÓRUM DA CIDADE. **Documento Final do 1º Fórum da Cidade**. Florianópolis, outubro de 2001.

GUEVARA, Ernesto; SADER, Eder. E. Che Guevara: Política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988, 216p

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONH's e Terceiro Setor**. Revista Mediações. Londrina. Universidade Federal de Londrina v.5, n. 1 p 11-40, jan/jun, 2000

GRAZIA, Grazia de (org). **Cartilha "Conhecendo o Estatuto da Cidade"**. Fase, Fórum Nacional de Reforma Urbana e Caixa Econômica Federal. [2002]

GUIA FLORIPA. Disponível em: www.guiafloripa.com.br

IAMAMOTO, Marilda Villela **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 72, ano XXIII, 2002. pp. 22-52.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade Civil**: palestra proferida para o Programa de Graduação em Serviço Social da UFSC, 2001.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR – NESSOP/DSS/UFSC. **O Serviço Social nos processos de Organização Popular em Santa Catarina – anos 60-70 e anos 80-90.** (Projeto de Pesquisa) Florianópolis, 1996. 42p.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade; para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64p.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, Cortez, nº 58, ano XIX, 1998. pp. 41-71.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, nº 72, ano XXIII, 2002. pp. 53-61.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena,** falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329p.

SAWAIA, Bader. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 115-134.

SILVA, Carla Almeida. Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: Um Estudo sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 143-185.

SILVA, José Borzacchiello da. **O Estatuto da Cidade e a reforma urbana no Brasil.** GEOUSP. São Paulo n.10 p9-26, dez, 2001

SHERER-WARREN, Ilse. **Organizações Voluntárias de Florianópolis:** cadastro e perfil do associativismo civil. Florianópolis: Insular, 1996. 93p.

_____. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1993p.

_____. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Intercultura e movimentos sociais.** Florianópolis: Mover, NUP, 1998.

_____.; ROSSIAUD, Jean. **Democratização em Florianópolis**: Resgatando a memória dos movimentos sociais. Itajaí: Editora da UNIVALI; Florianópolis: Diálogo, 1999.

_____. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 41-56.

SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº66, ano XXI, 2001. pp. 145-164.

SPOSATI, Aldaíza. Movimentos utópicos na contemporaneidade. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 11-39.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. (Tradução de Luiz Fernando Cardoso) 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 454p.

ANEXOS

I FÓRUM DA CIDADE

Um olhar do Movimento Sócio-Comunitário

PROGRAMAÇÃO

Dia 5 de Outubro - Sexta Feira

18:30 às 19:00 hs. - Inscrições e momento cultural

19:00 às 19:15 hs. - Sessão de Abertura

19:15 às 20:15 hs. - Conferência:

“O ESTATUTO DA CIDADE ”

Deputado Federal - RS - Clóvis Ilgenfritz

20:15 às 21:30 hs. - Debate

21:30 hs. - Coquetel de confraternização

Dia 06 de Outubro - Sábado

8:30 às 10:35 hs. - Mesa Redonda:

“A CIDADE À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE ”

Abertura: Vereador - SP - Nabil Bonduk

PARTICIPANTES:

- Conselho Metropolitano da Grande Florianópolis
- Centro de Estudos Cultura e Cidadania - CECCA
- Sindicato da Indústria da Construção Civil - SC
- Prefeitura Municipal de Florianópolis
- Instituto de Arquitetos do Brasil - SC
- Representações do Movimento Sócio-Comunitário

10:30 às 11:30 hs. - Debate

11:30 às 12:00 hs. - Organização dos Grupos de Trabalho

12:00 às 13:00 hs. - Almoço Temático

13:00 às 15:00 hs. - Grupos de Trabalho

15:00 às 16:30 hs. - Exposição dos Resultados dos Grupos de Trabalho

16:30 às 16:45 hs. - Intervalo Temático

16:45 às 19:00 hs. - Agenda de Lutas e Encaminhamentos

Local: Ginásio da Escola Técnica Federal de Santa Catarina

5 e 6 de Outubro de 2001 - Florianópolis - SP

FÓRUM DA CIDADE

Um Olhar Do Movimento Sócio-Comunitário

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

05.10.2001 - Sexta-feira

19:00-19:45h. – “ Livro das Perguntas”
(Bertold Brecht)

TEATRO ARTESÃOS DE DIONISO

✓ Criado em 1996 a partir de um projeto de curso no DCE/UFSC. Tem mantido um curso de iniciação teatral, uma oficina de treinamento de atores. Publica o caderno de artes cênicas “KOMOS”. Tem realizado performances e intervenções em eventos de mobilização e organização sócio-popular e realizado pesquisa na linguagem cênica. Sua última peça “ A casa segundo o processo de B.J.C.” participou da Bienal de Artes no Rio de Janeiro e Festival Internacional de Londrina.

Atores: Anderson Tambosi, Marlei Albrecht, Rubia, Felipe Prux, Luiz Alberto Corrêa.

Contato: (48) 91028183

luiz.artesão@zipmail.com.br

21:30h. – VOZ E VIOLÃO
Gustavo

GRUPO MALABARTE

✓ Fazendo malabarismo propõe-se resgatar a pureza, a cooperação, a inocência e a partilha na arte de brincar.

Atôres: Fábio Rogério Longara dos Santos, Eric Dijkstra, Gustavo Vinícius Santos de Carvalho.

Contato: (48) 233 -1864

06.10.2001 – Sábado

8:30 – 8:45h. - “ Livro das Perguntas”.
(Bertold Brecht)

TEATRO ARTESÃOS DE DIONÍSO

Atores: Anderson Tambosi, Marlei Albrecht,
Rubia, Felipe Prux, Luiz Alberto Corrêa.

13:00 - 13:15h. – Jogo de Corpo
Profª Alai

16:30 – 16:45h. – Hip Hop
Músicas de Davi Perez

SEÇÃO IMAGENS:

→ Brincação Fotográfica- Movimento
Abraçando a Vida

→ Posters apresentando trabalhos do movimento
sócio-comunitário.

FPÓLIS 05/10/01